

CENTRO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A ÁFRICA AUSTRAL



AFRITAC
South

15
YEARS

RELATÓRIO ANUAL 2026



O AFRITAC Sul é uma iniciativa do FMI apoiada pelos seguintes países membros e parceiros de desenvolvimento:



Angola



Botsuana



Comores



Essuatíni



Lesoto



Madagáscar



Maurícia



Moçambique



Namíbia



Seicheles



África do Sul



Zâmbia



Zimbabué



UNIÃO EUROPEIA



Foreign, Commonwealth & Development Office



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Confederation

Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO



Partnership | Progress | Prosperity

**CENTRO REGIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PARA A ÁFRICA AUSTRAL**



AFRITAC
South

15 YEARS

**RELATÓRIO
ANUAL
2026**



Reunião Anual do Comité de Pilotagem do AFRITAC Sul (16-17 de julho de 2026, Maurícia)





SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADMA	Administração Aduaneira	EDMP	Estratégia de gestão da dívida de médio prazo
ADMT	Administração tributária	EDSP	Estatísticas da dívida do setor público
AEI	Avaliação externa intercalar	EF	Exercício financeiro, com início a 1 de maio
AFC	AFRITAC Central	EFC	Estados frágeis e afetados por conflitos
AFE	AFRITAC Oriental	EFP	Estatísticas das finanças públicas
AFR	Departamento de África do FMI	EFT	Estados frágeis em transição
AFRITAC	Centros Regionais de Assistência Técnica do FMI em África	EGD	Estratégia de gestão da dívida
AFS	AFRITAC Sul	ELA	Cedência de liquidez em situação de emergência
AFW	AFRITAC Ocidental	EP	Empresas públicas
AFW2	AFRITAC Ocidental 2	ESAAMLG	Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral
AGIP	Avaliação da gestão do investimento público	ESR	Estatísticas do setor real
APD	Departamento da Ásia e do Pacífico do FMI	FAD	Departamento de Finanças Públicas do FMI
ASD	Análise de Sustentabilidade da Dívida	FMI	Fundo Monetário Internacional
AT	Assistência técnica	FPAS	Sistema de previsão e análise de políticas
ATI	Instituto de Formação para África	FPAT	Ferramenta de previsão e análise de tesouraria
BM	Banco da Maurícia	FSSR	Análise da Estabilidade do Setor Financeiro
CBC/FT	Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo	FX	Moeda estrangeira
CDT	Central de depósito de títulos	GBR	Gestão baseada nos resultados
CP	Comité de Pilotagem	GCC	Governança e combate à corrupção
D4D	Dados para Decisões	GDP	Gestão da dívida pública
DC	Desenvolvimento de capacidades	GFP	Gestão das Finanças Públicas
DGM	Desigualdade de género e macroeconomia	GIP	Gestão do Investimento Público
ECF	Facilidade de Crédito Alargado	GPPF	Parceria Mundial para as Finanças Públicas
ECOGOVA	Melhorar a Governação Económica na África Subariana	HQ	Sede do FMI

ICAAP	Processo interno de avaliação da adequação de capital	MF	Ministério das Finanças
ICD	Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades do FMI	MOML	Mercado obrigacionista em moeda local
ICDGP	Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, Divisão de Parcerias Globais, do FMI	NICSP	Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público
IMFF	Infraestrutura do mercado financeiro e <i>FinTech</i>	ONU	Organização das Nações Unidas
IPC	Índice de Preços no Consumidor	OPMMC	Operações de política monetária e do mercado cambial
IPP	Índice de preços no produtor	PED	Pequenos Estados em desenvolvimento
IRE	Indicador de referência estrutural ao abrigo do programa de financiamento do FMI	PIB	Produto interno bruto
ISORA	Inquérito Internacional sobre a Administração da Receita	PIMF	Princípios para infraestruturas do mercado financeiro
ITD	Departamento de Tecnologia da Informação do FMI	QIPM	Quadro de implementação da política monetária
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado	QOMP	Quadro Orçamental de Médio Prazo
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão	SBR	Supervisão baseada no risco
JSA	Conta Administrada em nome do Japão	SDDS	Norma Especial de Divulgação de Dados
LEG	Departamento Jurídico	SECO	Secretaria de Estado para Assuntos Económicos da Suíça
LFO	Legislação financeira e orçamental	SIGIF	Sistema Integrado de Gestão da Informação Financeira
LGDP	Lei sobre a Gestão da Dívida Pública	SIMF	Programa de apoio ao FMI
MAC	Macroeconomia das Alterações Climáticas	SRB	Supervisão e regulamentação bancárias
MCD	Departamento do Médio Oriente e da Ásia Central do FMI	STA	Departamento de Estatística do FMI
MCM	Departamento de Mercados Monetários e de Capitais	<i>T-bill</i>	Bilhete do Tesouro
MEFP	Manual de Estatísticas das Finanças Públicas	TADAT	Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico da Administração Tributária
		UE	União Europeia
		USD	Dólar dos Estados Unidos
		ZIMRA	Zimbabwe Revenue Authority (Autoridade Tributária do Zimbabué)

ÍNDICE

iv

Siglas e acrónimos

1

SECÇÃO I

Mensagem Principal

5

SECÇÃO II

Perspetivas Económicas
Regionais

9

SECÇÃO III

Execução do Programa de
Desenvolvimento de Capacidades do
EF2026 e Prioridades para o EF2027

10 **A** Execução no EF2026

19 **B** Exemplos bem-sucedidos de
DC (EF2026)

23 **C** Prioridades de DC no EF2027

27

SECÇÃO IV

Realização das Formações

35

SECÇÃO V

Coordenação e Sensibilização dos
Parceiros Doadores

39

SECÇÃO VI

Orçamento e Financiamento

45

SECÇÃO VII

Riscos e Mitigação

47

ANEXO

48 **Anexo I.**

Execução no EF2024-EF2026
e Plano para o EF2027 -
Atividades financiadas pelo AFS

65

Equipa do AFRITAC Sul

FIGURAS

- 6 **Figura 1.**
Crescimento do PIB real nos países do AFS (em percentagem)
- 11 **Figura 2.**
Atividades de DC no EF2026 (percentagem por setor)
- 11 **Figura 3.**
Intensidade do DC no EF2026 (N.º de atividades)
- 19 **Figura 4.**
Obtenção de resultados
- 23 **Figura 5.**
Atividades de DC no EF2027 (percentagem por setor)
- 23 **Figura 6.**
Intensidade do DC (N.º de atividades)
- 40 **Figura 7.**
Taxa de execução no EF2026 por programa de financiamento do AFS
- 41 **Figura 8.**
Resumo financeiro da Fase III do AFS (EF2024-2028)
- 43 **Figura 9.**
Projeções de liquidez para a Fase III do AFS

CAIXAS

- 18 **Caixa 1.**
Tirar partido de sinergias através de missões de DC multidisciplinares
- 22 **Caixa 2.**
Parceria mais profunda com a Maurícia
- 30 **Caixa 3.**
Formação inter-regional
- 31 **Caixa 4.**
Iniciativas de desenvolvimento de capacidades para a África Lusófona
- 31 **Caixa 5.**
Inquéritos sobre as formações do AFS
- 44 **Caixa 6.**
Informações atualizadas sobre a mudança do AFS e do ATI para novas instalações

QUADROS

- 11 **Quadro 1.**
AFS - Execução no EF2024-EF2026 e plano para o EF2027 por programa de financiamento
- 12 **Quadro 2.**
Execução do DC do AFS no EF2024-EF2026 e plano para o EF2027 por país
- 17 **Quadro 3.**
Prestação de DC por determinados canais não AFS, EF2026
- 25 **Quadro 4.**
Prestação de DC por determinados canais não AFS no EF2027
- 42 **Quadro 5.**
Contributos financeiros para a Fase III do AFS
- 43 **Quadro 6.**
Orçamento e execução do AFS

SECÇÃO I

MENSAGEM PRINCIPAL

MENSAGEM PRINCIPAL



Sukhwinder Singh

Diretor, AFRITAC Sul e
Instituto de Formação para África

O AFRITAC Sul (AFS) assinala 15 anos de funcionamento este ano, um marco importante para as atividades do centro de desenvolvimento de capacidades na África Austral. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para manifestar o meu profundo apreço pelo apoio dos nossos países membros, parceiros de desenvolvimento e à Direção do FMI, o seu Departamento de África (AFR), o seu Instituto de Desenvolvimento das Capacidades (ICD) e os departamentos de DC do FMI. As orientações estratégicas, empenho ativo e apoio financeiro que deles recebemos foram essenciais para os êxitos do centro e permitiram-nos reagir rapidamente à evolução das necessidades na região, bem como alcançar resultados importantes que reforçam as instituições e geram capital humano para uma política macroeconómica melhorada.

O impacto dos nossos serviços de desenvolvimento de capacidades é evidente em vários domínios. O presente relatório inclui exemplos de marcos alcançados recentemente pelos países membros, diretamente associados ao reforço dos fundamentos macroeconómicos e ao aumento da resiliência. Os painéis de debate organizados na reunião de julho de 2026 do Comité de Pilotagem demonstraram que o apoio do AFS ajudou os países membros a transformar o desenvolvimento de capacidades em reformas práticas, instituições mais fortes, instrumentos de política melhorados e uma coordenação mais bem feita entre agências da administração pública. Estes resultados ilustram a eficácia do nosso programa de desenvolvimento de capacidades, bem como o forte empenho dos países membros na execução de reformas. Alguns exemplos recentes disso são o cumprimento de vários indicadores de referência estruturais por parte

de países abrangidos por programas (Comores, Madagáscar, Zâmbia, Seicheles), a melhoria das notações de crédito soberano (África do Sul, Zâmbia), progressos na reestruturação da dívida (Zâmbia), saída da lista “cinzenta” do Grupo de Ação Financeira Internacional (Moçambique), passagem para a Norma Especial de Divulgação de Dados Plus do FMI (Maurícia), progressos na melhoria dos quadros monetários (África do Sul) e melhoria da transparência orçamental e dos relatórios orçamentais em toda a região. Esta evolução deverá contribuir para a estabilidade e prosperidade da região.

Há vários fatores que explicam estes êxitos: (1) uma estratégia de desenvolvimento de capacidades bem coordenada, alinhada com as prioridades do FMI em termos de concessão de empréstimos e supervisão; (2) um modo flexível de prestação de desenvolvimento de capacidades, ajustado à evolução das necessidades do país e com um foco nos resultados; (3) uma cobertura especial dos países com programas do FMI e dos que enfrentam situações de fragilidade; (4) uma capacidade de resposta rápida e de acompanhamento continuado, pelo AFS, da execução dos projetos de desenvolvimento de capacidades; e (5) um envolvimento dos doadores a alto nível e diálogos de parceria produtivos sobre o financiamento e inovações no domínio do desenvolvimento de capacidades, tendo por base uma cooperação estreita com os parceiros de desenvolvimento ativos no terreno.

Para gerir a conjuntura atual - marcada pela incerteza, por acontecimentos disruptivos e pela fragmentação - com reservas limitadas, são necessárias instituições mais fortes para a formulação de políticas económicas. A África Subsaariana registou uma recuperação forte em 2025, com um

crescimento robusto, uma desaceleração da inflação e uma melhoria das posições orçamental e externa. Tudo isto teve por base políticas robustas, serviços de desenvolvimento de capacidades adaptados às necessidades e condições externas favoráveis. No entanto, as perspetivas pioraram, devido às incertezas decorrentes da guerra no Médio Oriente e respetivos efeitos secundários. Os choques recorrentes vieram agravar as pressões sobre as reservas orçamentais e externas em países que já se deparavam com insegurança alimentar, uma redução da ajuda e riscos climáticos acrescidos. Os Estados frágeis e com baixos rendimentos serão provavelmente os mais duramente afetados.

Os projetos de desenvolvimento de capacidades em curso na região apoiados pelo FMI e pelo AFS continuam a ser essenciais. Para salvaguardar a estabilidade, passar para uma trajetória de crescimento mais elevado e gerar resiliência, é essencial adotar medidas pragmáticas e credíveis, nomeadamente as que apoiem uma transformação estrutural. Estas incluem reformas destinadas a melhorar a competitividade, a diversificar as economias e o comércio, a gerar resiliência climática e a aproveitar as oportunidades decorrentes da digitalização. O reforço dos fundamentos macroeconómicos dependerá também de esforços continuados que promovam reformas da gestão das finanças públicas, a melhoria dos sistemas fiscais e da administração de receitas, o reforço da gestão da dívida, a melhoria da supervisão do setor financeiro e dos quadros monetários, a promoção da inclusão financeira e a melhoria da governação, da transparência e da qualidade dos dados.

O programa de desenvolvimento de capacidades do AFS assenta nestes objetivos. Esse programa mantém-se praticamente inalterado entre o exercício de 2025 e o de 2026, o que reflete sobretudo a continuada pertinência dos atuais projetos de desenvolvimento de capacidades. No exercício de 2026, o AFS realizou 143 atividades de desenvolvimento de capacidades, incluindo 111 missões de

assistência técnica (AT), 27 *workshops* de formação regionais/inter-regionais e vários destacamentos profissionais, com um custo estimado de 9,1 milhões de dólares. O centro acompanhou de perto a taxa de execução das ações de desenvolvimento de capacidades em todas as carteiras de projetos e adaptou as afetações de recursos por forma a manter-se dentro do orçamento de trabalho aprovado pelo Comité de Pilotagem em dezembro de 2025. Para tal, foi necessário transferir recursos entre carteiras, redefinir prioridades das atividades, procurar eficiências graças a uma colaboração estreita com o Instituto de Formação para África (ATI) e os outros AFRITAC e alavancar financiamento de outros instrumentos e parceiros do FMI, em colaboração com o AFR e os departamentos de desenvolvimento de capacidades do FMI. Estes esforços, aliados a iniciativas alargadas de angariação de fundos lideradas pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, melhoraram as perspetivas de financiamento e de liquidez e reduziram as lacunas de financiamento para 6,6 milhões de dólares. O plano de trabalho para o exercício de 2027 está estimado em 11,1 milhões de dólares, o que inclui despesas pontuais relacionadas com a mudança de instalações do centro e com a avaliação intercalar externa. O projeto de mudança de instalações do AFS e do ATI está em curso, devendo ser concluído no início de 2027.

No âmbito da nossa estratégia de sensibilização, a equipa do AFS continuou a dialogar de perto com parceiros importantes sobre prioridades estratégicas comuns e o reforço das sinergias. Ao longo do exercício de 2026, o centro apoiou a revisão anual do programa do Reino Unido de apoio ao FMI (SIMF), bem como a análise da conclusão do programa. O AFS participou na segunda reunião de coordenação anual do Acordo ECOGOVA da União Europeia (UE) e está a trabalhar para implementar as recomendações emitidas no relatório sobre o exercício de monitorização orientada para os resultados. O centro congratula-se com as classificações altamente positivas e as recomendações resultantes das referidas análises,

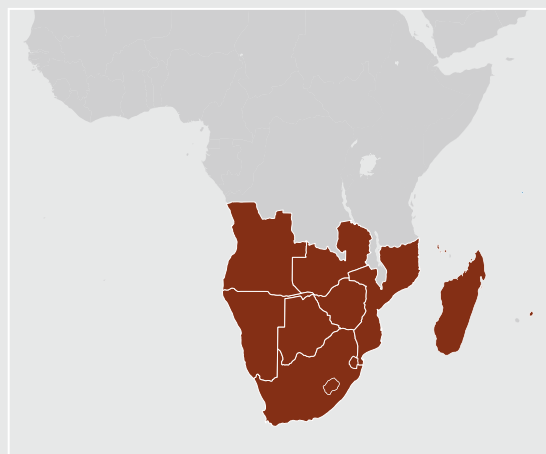
que continuam a facultar importantes opiniões sobre o programa de desenvolvimento de capacidades do centro. Também recebemos opiniões valiosas durante as reuniões regulares ao longo do ano dos peritos do AFS com grupos de parceiros de desenvolvimento, realizadas durante as missões no terreno, bem como as reuniões entre a Direção do ICD e do AFS durante missões de angariação de fundos e de sensibilização.

Está em curso a avaliação intercalar externa da Fase III do centro (EF2024-EF2028). Esta avaliação destina-se a avaliar o desempenho do AFS à luz dos objetivos do programa da Fase III; analisar a eficácia da prestação de desenvolvimento de capacidades; examinar a estratégia de desenvolvimento de capacidades, a governação e as operações do centro; e aferir os progressos na implementação das recomendações de avaliações anteriores. Além disso, proporcionará ensinamentos práticos que informarão a conceção do programa da Fase IV do AFS. Espera-se que os avaliadores apresentem as suas conclusões e recomendações na próxima reunião anual do Comité de Pilotagem, em meados de 2027. A avaliação incluirá consultas com os países membros, parceiros de desenvolvimento, departamentos do FMI e outras partes interessadas. Os membros e parceiros do Comité de Pilotagem são encorajados a participar ativamente e a dar os seus pontos de vista, uma vez que estes serão essenciais para avaliar os resultados, identificar lições aprendidas e reforçar o futuro programa de desenvolvimento de capacidades.

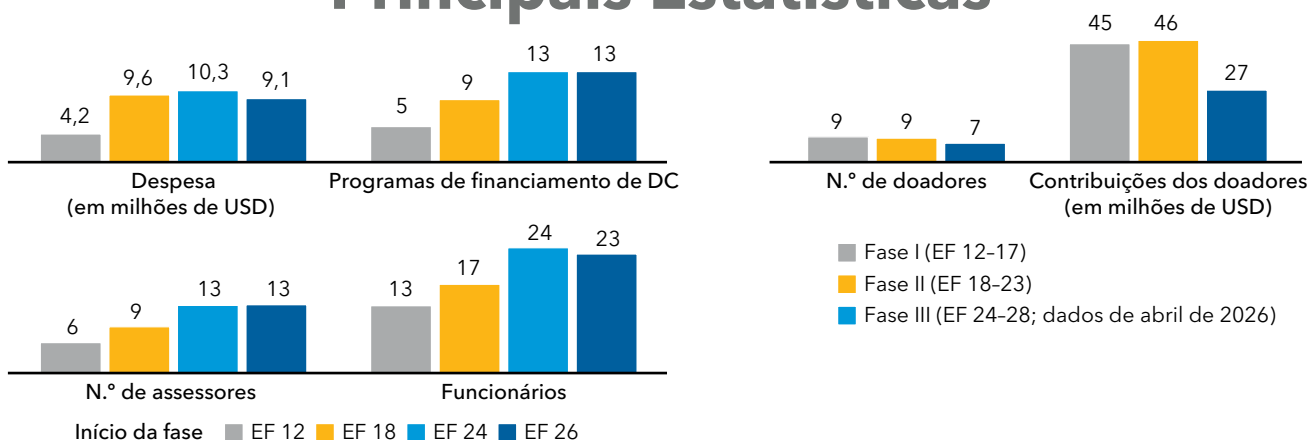
O presente relatório inclui secções relativas às perspetivas económicas regionais; à execução do plano para o EF2026 e às prioridades para o EF2027, com exemplos do impacto do desenvolvimento de capacidades; ao programa de formação do AFS e aos resultados de inquéritos recentes sobre as formações; à estratégia orçamental e de angariação de fundos do AFS; e aos riscos inerentes à implementação do plano de trabalho para o EF2027, bem como à estratégia de atenuação desses riscos.

em números

- 13** países membros
- 3** países membros frágeis e afetados por conflitos
- 3** países com programas apoiados pelo FMI (dados de junho de 2026)
- 13** Assessores Residentes
- 13** vertentes de trabalho



Principais Estatísticas



Atividades de DC desde 2011

- >140** missões de AT anualmente
- >40** destacamentos profissionais
- >290** *workshops* e formações

Estatísticas sobre formações (EF12 a EF26)

>8000 participantes de países do AFS



Mulheres: **42%**
Homens: **58%**



Anglófonos: **72%**
Francófonos: **13%**
Lusófonos: **15%**

SECÇÃO II

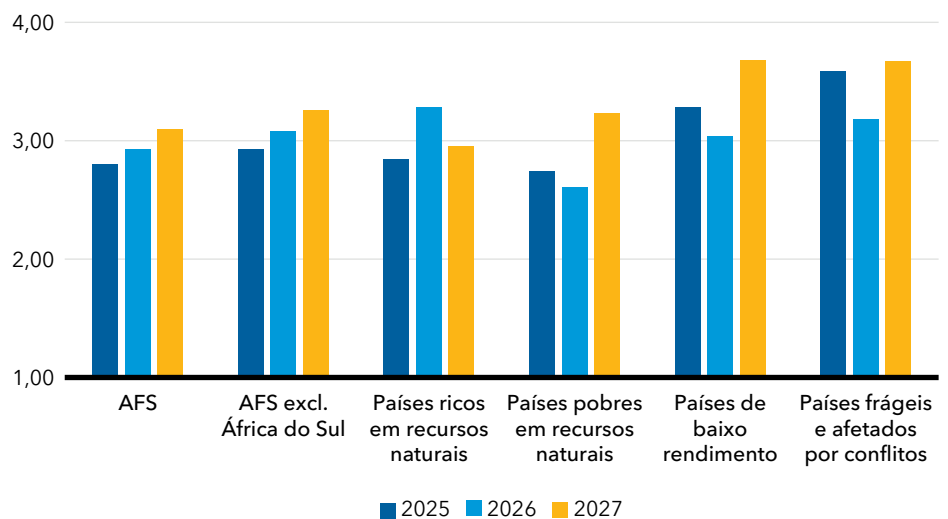
PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

A guerra no Médio Oriente enfraqueceu as perspetivas de crescimento na região da África Subariana.

Prevê-se que o crescimento desça ligeiramente para 4,3% em 2026 – cerca de 0,3 pontos percentuais abaixo da previsão de janeiro de 2026 do FMI. O impacto não será homogêneo: os países exportadores de petróleo poderão beneficiar de um aumento das receitas, ao passo que os importadores de petróleo se deparam com balanças comerciais mais fracas, custos de vida mais elevados e crescimento mais lento. Prevê-se que a inflação mediana na região da África Subariana aumente para 5% até ao final de 2026, um aumento de 1,6 pontos percentuais – impulsionada por uma subida dos preços da energia, dos fertilizantes e dos bens alimentares e exacerbada pela depreciação das moedas. No conjunto dos membros do AFS, as perspetivas são igualmente heterogêneas. Espera-se que o crescimento na região do AFS aumente ligeiramente para 2,9% em 2026 – 0,5 pontos percentuais abaixo do projetado em outubro de 2025¹ (Figura 1). Prevê-se que a inflação mediana aumente, de 3,9% em 2025 para 5,5% em 2026, impulsionada pelo aumento dos custos do petróleo, do gás, dos

FIGURA 1. CRESCIMENTO DO PIB REAL NO AFS (em percentagem)



fertilizantes e dos transportes marítimos, afetando assim o custo de vida. Após recentes reformas orçamentais realizadas por países membros do AFS, a dívida pública mediana estabilizou, esperando-se que continue a baixar, atingindo os 50,8% em 2026. No entanto, continua a haver desafios relativamente à sustentabilidade da dívida: quatro países membros do AFS estão em risco elevado de sobre-endividamento ou estão já sobre-endividados² (Comores, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué).

Prioridades das políticas³

As autoridades devem priorizar a formulação de políticas que respondam ao choque a curto prazo e reforcem a resiliência a médio prazo. As prioridades a curto prazo consistem em manter as expectativas de inflação bem ancoradas e proteger as populações mais vulneráveis do aumento do custo de vida, através de medidas de apoio direcionadas e limitadas no tempo. As estratégias orçamentais devem conciliar credibilidade e flexibilidade. Os países

¹ Média simples para a região do AFS. Excluindo a África do Sul, que representa aproximadamente 60% do PIB da região do AFS, o crescimento irá aumentar, de 2,9% em 2025 para 3,1% em 2026.

² Lista de análises de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento relativas a países elegíveis para o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento – Dados de 31 de março de 2026.

³ Excerto das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subariana*, abril de 2026 | Pressão sobre ganhos económicos conquistados a custo.



1 País com inflação de dois dígitos



4 Países com receitas da administração pública < 20%



4 Países com dívida da administração pública > 60%



3 Países com cobertura das importações < 3 meses



4 Países com programas apoiados pelo FMI

exportadores de petróleo devem considerar as receitas extraordinárias como temporárias e reconstituir as suas reservas. Os países importadores de petróleo devem preservar as despesas sociais e de desenvolvimento prioritárias e, ao mesmo tempo, mobilizar receitas internas, melhorar a eficiência das despesas e reforçar a gestão das finanças públicas. As

autoridades nacionais devem acelerar as reformas estruturais em prol do crescimento e da diversificação. A integração regional pode fomentar o crescimento e melhorar a resiliência da cadeia de abastecimento, num contexto geopolítico em mutação. O aprofundamento dos mercados financeiros nacionais pode facilitar o acesso a um maior volume de

financiamento em moeda nacional. Para colocar a inteligência artificial ao serviço da produtividade, será necessário alargar o acesso a fontes de energia elétrica fiáveis e a investimentos em infraestruturas digitais, no desenvolvimento de competências, na cibersegurança e na governação de dados.

SECÇÃO III

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DO EF2026 E PRIORIDADES PARA O EF2027

EXECUÇÃO NO EF2026

No EF2026, o AFS realizou mais de 140 atividades de desenvolvimento de capacidades (DC) focadas em países, alcançando uma taxa de execução de 95% face ao plano revisto aprovado em dezembro de 2025 (Quadro 1).

Cerca de 29% das atividades apoiaram quatro países em situações frágeis, de conflito ou de transição. A prestação de DC continuou a concentrar-se nas vertentes orçamentais, seguindo-se as vertentes monetária, do setor

financeiro e das estatísticas (Figura 2). O formato continuou a ser sobretudo presencial, reflexo das preferências dos países membros e da continuação da valorização de interações cara a cara.



Missão TADAT: Reunião de peritos do AFS e do Departamento de Finanças Públicas do FMI (FAD) com Sua Excelência Navinchandra Ramgoolam, Primeiro-Ministro da Maurícia, e com Rohit Ramnawaz, Diretor-Geral da Autoridade de Receitas da Maurícia (5 de março de 2026)



FIGURA 2. ATIVIDADES DE DC NO EF2026
(PROPORÇÃO POR SETOR)

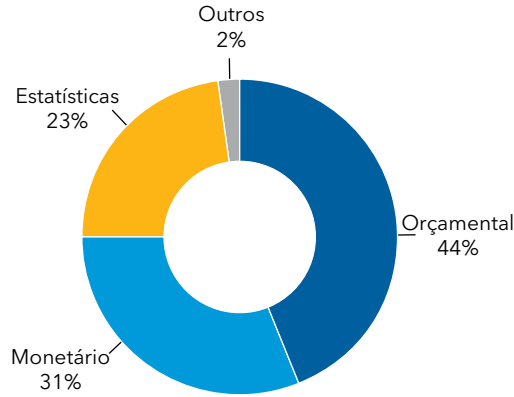
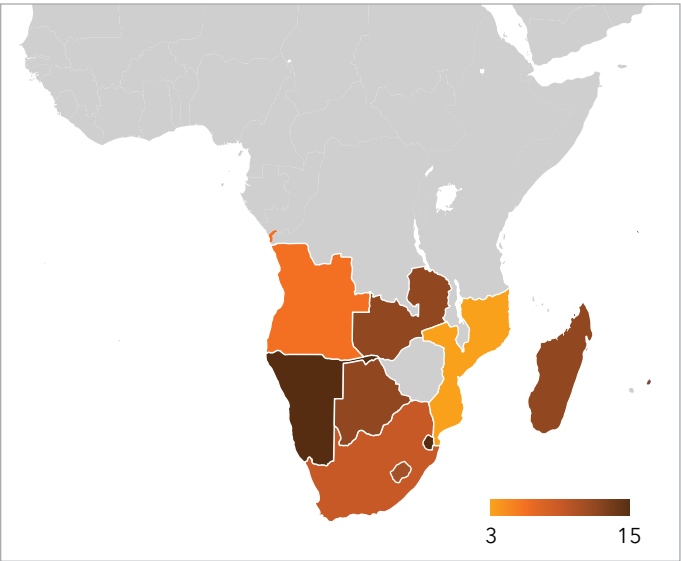


FIGURA 3. INTENSIDADE DO DC NO EF2026
(N.º DE ATIVIDADES)



QUADRO 1. AFS - EXECUÇÃO NO EF2024-EF2026 E PLANO PARA O EF2027 POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO
(em número de atividades de DC)

Programa de financiamento	Execução no EF2024	Execução no EF2025	Plano para o EF2026	EF2026 revisto	Execução no EF2026	Taxa de execução no EF2026 (%) ¹	Plano para o EF2027
Supervisão e regulamentação bancárias	28	25	22	19	19	100	20
Administração aduaneira	23	17	16	21	19	90	18
Legislação fiscal e financeira	3	4	2	2	2	100	1
Infraestruturas do mercado financeiro e <i>FinTech</i>	18	9	15	17	11	65	12
Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público	1	8	10	10	13	130	10
Cursos de formação sobre macroeconomia	4	2	2	2	1	50	2
Operações da política monetária e do mercado cambial	15	16	14	14	14	100	20
Gestão das finanças públicas	40	35	26	32	33	103	35
Estatísticas do setor real	22	15	17	18	20	111	21
Administração tributária	22	16	19	15	11	73	16
Total geral	176	147	143	150	143	95	155

1/ Com base no plano revisto.

QUADRO 2. EXECUÇÃO DO DC DO AFS NO EF2024-EF2026 E PLANO PARA O EF2027 POR PAÍS

(em número de atividades de DC)

País membro do AFS	Execução no EF2024	Execução no EF2025	Plano para o EF2026	EF2026 revisto	Execução no EF2026	Taxa de execução no EF2026 (%) ³	Plano para o EF2027
Angola	5	9	8	4	4	100	4
Botsuana	10	11	7	9	7	78	11
Comores	19	16	13	15	15	100	10
Essuatíni	14	8	13	13	13	100	15
Lesoto	12	12	8	9	8	89	15
Madagáscar	14	17	11	10	7	70	15
Maurícia	8	6	10	11	12	109	16
Moçambique	10	4	6	4	3	75	7
Namíbia	16	12	12	12	13	108	15
Regional ¹	27	18	19	26	27	104	15
Seicheles	14	14	15	14	13	93	11
África do Sul	7	3	4	6	5	83	3
Zâmbia	10	7	5	7	7	100	11
Zimbabuê	10	10	12	10	9	90	7
Total geral	176	147	143	150	143	95	155
EFC+EFT ²	53	47	42	39	34	87	39
Porcentagem do total, excl. regional	36%	36%	34%	31%	29%	-	28%

1/ Inclui *workshops* regionais financiados pelo AFS e em colaboração com o ATI e outros AFRITAC.

2/ Estados frágeis e afetados por conflitos (EFC): Comores, Moçambique e Zimbabuê. Estados frágeis em transição (EFT): Madagáscar

3/ Com base no plano revisto.

A variação na intensidade do DC entre países reflete as diferenças nas necessidades, o nível de empenho nos programas e o apoio complementar recebido de outros instrumentos do FMI e parceiros (Figura 3 e Quadro 2).

Outros instrumentos do FMI, incluindo a Parceria Mundial para as Finanças Públicas (GPFP), atividades de gestão da dívida financiadas pela Conta administrada em nome do Japão (JSA), o Fundo Dados para Decisões (D4D), o Fundo Fiduciário para o CBC/FT e o Fundo Fiduciário para a Governança e o Combate à Corrupção continuaram a apoiar vários projetos de DC na região – alguns em conjunto com financiamento do AFS. O programa de DC permaneceu, em grande medida, inalterado em relação ao EF2025, reflexo de uma continuidade na implementação dos projetos de DC. Os domínios prioritários incluíram os seguintes:

- **Gestão das finanças públicas:** O AFS realizou 33 atividades de DC focadas na Avaliação da Gestão do Investimento Público, na elaboração

de orientações e na avaliação de projetos (Botsuana, Essuatíni, Lesoto, dois *workshops* regionais); nas empresas públicas – supervisão, reporte e gestão de riscos conexos (Comores, Lesoto, Zâmbia); no quadro orçamental de médio prazo (Essuatíni, Namíbia, Zâmbia, *workshop* regional); na legislação relativa à responsabilidade orçamental (Maurícia); na contabilidade e reporte de dados – comunicação anual de dados financeiros, com a adoção da contabilidade em regime de acréscimo, a gestão de atrasados de despesas e a elaboração do orçamento, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade para o setor público (Angola, Comores, Essuatíni, Madagáscar, Zimbabuê, *workshop* inter-regional); no tesouro e na gestão de tesouraria – controlos internos, digitalização e implementação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Financeira (Comores, Lesoto, Moçambique, Seicheles, África do Sul, *workshop*

regional sobre gestão de tesouraria para países da África lusófona, em conjunto com o FAD).

- **Administração tributária:** 11 atividades de DC dedicadas ao controlo do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) (Angola); à Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico da Administração Tributária (TADAT) / pós-TADAT (Essuatíni, Maurícia, Zimbabuê); a auditorias (Namíbia); à gestão da dívida (Seicheles); e a *workshops* sobre “Inquérito Internacional sobre a Administração da Receita (ISORA)” (em conjunto com o AFE e o AFW2), “TADAT – Análise da Região Africana” (liderado pela sede, com a colaboração do AFE e AFW2), “Gestão das receitas do setor informal” e “Liderança e gestão das reformas para as administrações da receita lusófonas”.
- **Administração aduaneira:** O AFS apoiou 19 atividades de DC dedicadas à gestão do risco e cumprimento de regras (Comores,



Missão sobre controlos internos (Lesoto, outubro-novembro de 2025)



Missão sobre o Quadro orçamental de médio prazo (Namíbia, dezembro de 2025)



Workshop regional conjunto sobre a TADAT (Maurícia, setembro de 2025)



Formação personalizada sobre "A aplicação prática de princípios de gestão de riscos" para funcionários aduaneiros (Maurícia)

Essuatíni, Maurícia); à análise de dados espelho (Essuatíni, Seicheles); à facilitação do comércio - programas para pequenos comerciantes e cumprimento de procedimentos aduaneiros (Zimbabuê); à governação - auditoria interna (Madagáscar);

ao setor extrativo (Namíbia) e à valorização (África do Sul). Também houve *workshops* regionais/ inter-regionais sobre "Auditorias pós-desalfandegamento" (liderado pelo AFRITAC Ocidental 2 - AFW2), "Plano de cumprimento para as

alfândegas" (liderado pela sede do FMI), "Gestão das receitas do setor informal" e "Inquérito Internacional sobre Administração Aduaneira" (liderado pela sede do FMI e no qual participaram funcionários de Madagáscar).

- **Supervisão e regulamentação bancárias:** 20 atividades de DC focaram-se em melhorar a eficiência e eficácia dos quadros de supervisão baseada no risco (SBR) (Comores, Essuatíni, Maurícia, Seicheles), na implementação dos quadros da Basileia II e III (Botsuana, Moçambique) e na promoção de um governo das sociedades eficaz para os bancos (Zimbabuê). Também prosseguiram os trabalhos de DC relativos à elaboração de avaliações de riscos para a cibersegurança (Seicheles). Os *workshops* regionais e inter-regionais incluíram “Supervisão eficaz dos riscos financeiros decorrentes do clima no setor bancário” (abrangendo o AFS, AFRITAC Central - AFC - e AFRITAC Ocidental - AFW) e “Pilar II”, liderado pelo AFC e o AFW, com a participação de países do AFS).



Missão sobre o setor extrativo - Equipa do AFS com partes interessadas na mina de urânio de Husab (Namíbia, fevereiro de 2026)

- **Infraestruturas do mercado financeiro e FinTech:** Houve 11 missões dedicadas à supervisão dos sistemas de pagamentos (Angola, Botsuana, Maurícia, Namíbia, Zimbabuê), às centrais de depósito de títulos - implementação e formação sobre supervisão (Namíbia); aos criptoativos/*FinTech* - criptomoedas estáveis e novas formas de moeda (*workshop* regional); à supervisão baseada no risco - melhoria da estrutura e dos recursos (Seicheles); aos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - quadro das políticas de supervisão (Zâmbia); e à revisão do sistema de liquidação por bruto em tempo real (Zimbabuê).



Missão de assistência técnica sobre política monetária e quadros de comunicação institucional (Maurícia, fevereiro de 2026)

- **Operações de política monetária e do mercado cambial:** Em geral, o DC do AFS (14 missões) incluiu domínios relacionados com a implementação e as operações da política monetária (Comores, Essuatíni, Lesoto, África do Sul); cedência de liquidez em situação de emergência (Madagáscar, Seicheles), quadros de garantias (Comores), sistemas de previsão e análise de políticas (Madagáscar), operações cambiais (Angola), comunicações do banco central (Maurícia), bem como *workshops* regionais/inter-regionais sobre “Quadros de garantias e melhores práticas de gestão de garantias”

(juntamente com o AFE e o AFW2), “Conceção e implementação da política monetária para países da Área Monetária Comum” e “Mercado obrigacionista em moeda local” (liderados pelo ATI, contando com a participação do assessor residente do AFS).

- **Estatísticas do setor real:** Houve 20 atividades de DC focadas sobretudo nas contas nacionais - mudança do ano de base, melhorias do PIB anual e trimestral (África do Sul, Botsuana, Comores, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Seicheles, Zâmbia, Zimbabuê); índices de preços

- atualizações do Índice de Preços no Consumidor (IPC) (Comores, Seicheles), desenvolvimento do Índice de Preços no Produtor (IPP) (Botsuana, Lesoto, Maurícia); PIB trimestral - elaboração e quadros de recursos e empregos (ambos em *workshops* inter-regionais e regionais). Além disso, desenrolaram-se missões à Zâmbia sobre o IPP e a Moçambique sobre as contas nacionais, graças a financiamento do Fundo D4D do FMI.

- **Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público:** O foco continuou a incidir sobre o alargamento da cobertura e a



Missão sobre a melhoria e mudança de ano de base das contas nacionais (Botsuana, fevereiro de 2026)

melhoria da qualidade das finanças públicas e da dívida do setor público, com o objetivo de migrar para o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas (MEFP) de 2014 (Botsuana, Lesoto, Madagáscar, Maurícia, Namíbia, Seicheles, Zâmbia), bem como em *workshops* regionais/inter-regionais sobre “Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público”, “Consolidação das operações financeiras das administrações públicas” (no Togo, liderado pelo AFW), “Qualidade dos dados de base e coerência das estatísticas das finanças públicas” (Côte d’Ivoire, liderado pelo AFW) e “Classificação das funções da administração pública (liderado pelo AFE).

- **Legislação financeira e orçamental⁴:** O AFS continuou a complementar as atividades de DC prestadas pelo Departamento Jurídico (LEG) na região. No EF2026, o centro financiou parcialmente uma missão de assistência técnica conjunta do FMI e do Banco Mundial à Zâmbia, para realizar uma avaliação de diagnóstico do mercado obrigacionista em moeda local. A missão avaliou o ambiente propício



Missão sobre estatísticas das finanças públicas (Zâmbia, janeiro de 2026)

e o nível de desenvolvimento das seis pedras basilares do mercado⁵, identificou bloqueios que afetam a funcionalidade do mercado e formulou um plano de reformas para colmatar as lacunas identificadas.

- **Cursos de formação sobre macroeconomia:** Em colaboração com o ATI, o centro financiou um curso sobre Macroeconomia das Alterações Climáticas, que proporcionou aprendizagens valiosas. Uma melhoria notória foi

o tempo adicional dedicado às apresentações dos participantes, que promoveu diálogos enriquecedores entre pares sobre uma série de assuntos. Os participantes valorizaram a orientação prática do curso e a introdução que este proporcionou às dimensões macroeconómicas das alterações climáticas, bem como às questões transversais conexas.

⁴ O AFS não dispõe de um assessor residente dedicado exclusivamente a este domínio. A maioria dos pedidos é dirigida à sede do FMI e financiada por esta.

⁵ Mercado monetário, mercado primário, mercado secundário, base de investidores, infraestruturas do mercado financeiro, quadro jurídico e regulamentar.

- **Exemplos de apoio ao DC proveniente de outros instrumentos do FMI:** Para complementar o financiamento do AFS e atenuar o impacto da insuficiência de financiamento do centro, que afeta importantes projetos de DC, os assessores residentes do AFS financiados pelo FMI continuaram a apoiar vários projetos de DC sobre gestão da dívida, legislação sobre a dívida e governação e combate à corrupção – domínios com necessidades de DC elevadas e cada vez maiores⁶ (Quadro 3). Além disso, o centro continuou a aproveitar sinergias e financiamento de determinados projetos/atividades através de outros instrumentos e fundos temáticos do FMI, como a GPPF, o D4D, a JSA, a Análise da Estabilidade do Setor Financeiro e o fundo CBC/FT. A partir do EF 2026, a Conta Administrada em nome do Japão (JSA) está a financiar um perito residente a tempo inteiro, sediado na Maurícia, para prestar serviços de DC relativos à gestão da dívida, ao desenvolvimento de mercados de dívida, à promoção da transparência da dívida e ao aumento das capacidades de análise de sustentabilidade da dívida.



Formação sobre Macroeconomia das Alterações Climáticas (Maurícia, maio de 2025)



Missão de desenvolvimento das capacidades sobre quadro jurídico para a gestão da dívida pública, Seicheles (junho/julho de 2025)

⁶ O corpo técnico do AFS inclui um perito residente a tempo inteiro, financiado pela JSA e apoiado pelo MCM, dedicado à gestão da dívida e que apoia os 13 países membros, um assessor residente financiado pela JSA e apoiado pelo LEG dedicado à legislação sobre dívida, que abrange alguns países das regiões do AFR, MCD e APD, e um assessor residente financiado pela Unidade de Governação e Combate à Corrupção do LEG, dedicado à governação e combate à corrupção, que abrange países na região da África Subsariana.

QUADRO 3. PRESTAÇÃO DE DC POR DETERMINADOS CANAIS NÃO AFS, EF2026

País	Tema
Gestão da dívida, legislação sobre dívida, quadros macroeconómicos e governação e combate à corrupção	
Botsuana	Estratégia de gestão da dívida de médio prazo/plano anual de endividamento
Botsuana	Análise de Sustentabilidade da Dívida
Comores	Estratégia de gestão da dívida de médio prazo/plano anual de endividamento
Lesoto	Mercado obrigacionista em moeda local
Maurícia	Estratégia de gestão da dívida de médio prazo/plano anual de endividamento
Regional	Gestão de tesouraria e da dívida (curso do ATI)
Regional	Quadro relativo ao risco soberano e à sustentabilidade da dívida para países com acesso ao mercado
Regional	Reforço de práticas do mercado primário
Seicheles	Estratégia de gestão da dívida de médio prazo
Seicheles	Seguimento do mercado secundário
Seicheles	Quadro jurídico de gestão da dívida pública
Comores	Operacionalização do regime de declaração de ativos
Zâmbia	Operações de gestão do passivo
Comores	Implementação da declaração de ativos
Angola	Quadros macroeconómicos
Zimbabué	Quadros macroeconómicos



Missão de assistência técnica sobre governação e combate à corrupção - Implementação da declaração de ativos (Comores, junho de 2025)

CAIXA 1. TIRAR PARTIDO DE SINERGIAS ATRAVÉS DE MISSÕES DE DC MULTIDISCIPLINARES

Missões multi-tópicos: O AFS continua a aproveitar sinergias através de missões multi-tópicos, que integram conhecimentos especializados de vários domínios de DC num único evento, a fim de prestar assistência técnica coordenada, eficiente e de elevado impacto. O AFS apoiou várias missões multi-tópicos em domínios como a gestão de tesouraria e da dívida (Zâmbia), a gestão da dívida e

legislação sobre dívida (Seicheles), as infraestruturas do mercado financeiro e a supervisão bancária (Seicheles), tendo também realizado um *workshop* sobre o mercado obrigacionista em moeda local (liderado por assessores residentes do AFS financiados pelo MCM e pelo LEG). Continuam a alargar-se os esforços de coordenação entre peritos em gestão das finanças públicas e em estatísticas das finanças

públicas, trabalhando em conjunto nos domínios da comunicação de dados orçamentais, bem como entre peritos em matéria tributária e aduaneira, trabalhando no domínio da mobilização de receitas. No futuro, serão ponderadas missões conjuntas para potenciar ainda mais as colaborações entre várias vertentes de trabalho transversais.



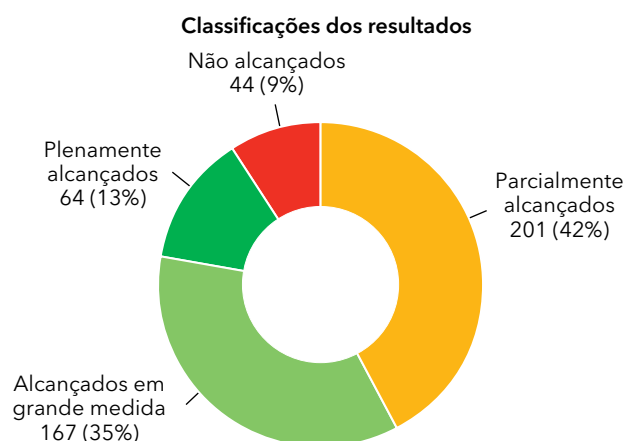
Workshop regional sobre gestão do Tesouro para países da África lusófona (Maurícia, 16-20 de março de 2026)

Para mais pormenores e conclusões sobre a implementação do plano de trabalho para o EF2026, bem como opiniões de funcionários, consultar os [boletins informativos do AFS](#) e os anexos informativos do presente relatório.

EXEMPLOS BEM-SUCEDIDOS DE DC (EF2026)

Os projetos de DC financiados pelo AFS abrangem um amplo leque de países e vertentes de trabalho, muitos dos quais registaram bons progressos rumo aos resultados e objetivos pretendidos. As classificações decorrentes da gestão baseada nos resultados indicam resultados significativos alcançados pelos países membros do AFS em vários domínios. O apoio ao DC passado e presente contribuiu muito para a realização de várias metas e resultados específicos (Figura 4). O AFS apoiou vários projetos de DC desde o EF2024 – exercício que marcou o início da Fase III.

FIGURA 4. OBTENÇÃO DE RESULTADOS⁷



⁷ Resultados classificados de países específicos, no âmbito de projetos ativos na Fase III, ou seja, com atividades realizadas desde 1 de maio de 2023. Dados obtidos em 8 de maio de 2026 a partir do CDMAP.

Os exemplos específicos que se seguem ilustram a eficácia do desenvolvimento de capacidades. Os relatórios e boletins informativos do Comitê de Pilotagem do AFS contêm mais exemplos pormenorizados dos países, incluindo metas recentemente alcançadas em domínios importantes, como:

- **Gestão das finanças públicas**

- Botsuana: reforço das disposições jurídicas e institucionais de gestão das finanças públicas, incluindo melhorias destinadas a contribuir para os planos de reestruturação organizacional do Ministério das Finanças, a fim de melhorar os resultados em termos de gestão das finanças públicas.
- Comores: melhoria nas funções de gestão de tesouraria
- Essuatíni: criação de um novo sistema de monitorização de faturas para vigiar os compromissos de despesa e a acumulação de atrasados.
- Lesoto: implementação de reformas da gestão das finanças públicas que conduzam (1) à redução dos balanços dos bancos não reconciliados desde 2024; (2) à implantação de um portal de pagamento de receitas para a arrecadação de receitas não fiscais em vários ministérios; (3) à implementação de um número significativo de controlos internos no SIGIF; e (4) à redução no volume de atrasados de despesas.
- Lesoto: melhoria da gestão de riscos orçamentais, apoiada pela publicação dos riscos orçamentais das empresas públicas nos [Relatórios Anuais das Empresas Públicas](#), bem como pela publicação das [Declarações de Riscos Orçamentais](#) de toda a administração pública, que abrangem riscos que vão desde choques macroeconómicos à dívida pública, ações judiciais e outras fontes específicas de risco, desde 2024. Ao levar a cabo a análise dos riscos orçamentais, as autoridades identificaram uma exposição da administração pública a ações judiciais no valor de 2,7% do PIB.

- Madagáscar: aprovação de uma nova lei sobre gestão de tesouraria – indicador de referência estrutural ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) do FMI, a fim de reforçar a Conta Única do Tesouro.
- Seicheles: progressos na modernização da gestão das finanças públicas e na legislação relativa à dívida pública
- Zâmbia: progressos na implementação de várias reformas importantes da gestão das finanças públicas, destinadas a reforçar o quadro orçamental, [melhorar a gestão dos riscos orçamentais](#), concluir a análise dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro e criar uma função mais eficiente de gestão de tesouraria.

- **Administração de receitas**

- Comores: cumprimento dos indicadores de referência estruturais da Facilidade de Crédito Alargado do FMI, incluindo medidas que reforçaram os procedimentos aduaneiros, melhoraram a exatidão da parametrização tributária do SYDONIA e aumentaram em 20% o número de contribuintes ativos no Gabinete dos Grandes e Médios Contribuintes, emitindo pedidos de apresentação de declarações fiscais a todos eles.
- Namíbia: melhoria da eficiência da arrecadação de impostos e da administração de receita fiscal, incluindo o cumprimento das obrigações tributárias.
- Seicheles: desenvolvimento de uma estratégia de digitalização.
- Namíbia e Zimbabué: aumento das capacidades das autoridades tributárias, NamRA e ZIMRA, para a gestão de reformas estratégicas, através do desenvolvimento de capacidades de liderança.

- **Operações da Política Monetária e do Mercado Cambial**

- Botsuana: grandes progressos na operacionalização de um quadro eficaz de cedência de liquidez em situação de emergência.
- Lesoto: introdução de títulos do banco central e de uma facilidade de depósito permanente.

- Maurícia: melhoria da comunicação da política monetária

- **Supervisão e regulamentação bancárias**

- Botsuana: implementação do quadro jurídico, que foi reforçado ainda mais pela elaboração e implementação de instrumentos e manuais de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo adaptados e elaborados em função dos riscos.
- Moçambique: elaboração de projetos de regulamentação que incluem os acordos de Basileia II e III e o governo das sociedades aplicável aos bancos, o que constitui um avanço nos programas de reformas de longa data.
- Seicheles: implementação de uma nova classificação de risco e de um novo processo de planeamento de ações de supervisão, o que constitui um importante passo em frente para desenvolver um quadro eficaz de supervisão baseada no risco.

- **Estatísticas macroeconómicas**

- Angola: medidas de melhoria da transparência e da prestação de contas, incluindo a implantação de relatórios orçamentais trimestrais, em conformidade com o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas de 2014, para promover a fiscalização pública.
- Botsuana: melhoria das estatísticas, com um alargamento da cobertura das estatísticas das finanças públicas para além da administração central.
- Maurícia: reforço do sistema estatístico nacional e adoção da [Norma Especial de Divulgação de Dados Plus](#).
- Zimbabué: melhoria das estimativas anuais do PIB, graças a um aproveitamento dos dados do IVA proporcionados pela ZIMRA.

- **CBC/FT**

- Lesoto: reforço do quadro jurídico aplicável ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT), a fim de colmatar lacunas identificadas na Avaliação Mútua

de 2023 do Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral.

- Namíbia: progressos no combate a insuficiências estratégicas do sistema de CBC/FT.
- **Gestão da dívida e legislação sobre a dívida**
 - Seicheles: progressos na melhoria da gestão da dívida e das bases jurídicas da transparência da dívida
 - Zâmbia: maior reforço do quadro operacional aplicável às operações de gestão de passivos.
 - Comores: criação de um mercado interno de bilhetes do Tesouro.
- **Governança e combate à corrupção**
 - Comores: reforço do regime de declaração de ativos, como parte do quadro geral de combate à corrupção – um marco importante foi a Lei de Combate à Corrupção de 2023, que visa melhorar a transparência, a prestação de contas e a integridade no setor público.
 - Madagáscar: publicação do relatório de diagnóstico da governação, com recomendações prioritárias.

Estão disponíveis pormenores adicionais sobre casos bem-sucedidos nos [boletins informativos do AFS](#).

Os debates em painel realizados na Reunião Anual do Comité de Pilotagem de julho de 2026 proporcionaram uma plataforma valiosa para os países membros partilharem casos e experiências bem-sucedidos, bem como para divulgar soluções práticas a desafios institucionais comuns. Permitiram a diferentes países membros do AFS, que se encontram em fases diferentes das reformas, trocar ensinamentos e debater êxitos, retrocessos e abordagens passíveis de serem adaptadas às circunstâncias de cada país. Espera-se também que os debates em painel promovam a colaboração e as transferências de conhecimentos a nível regional, nomeadamente através de destacamentos profissionais, que o AFS facilita, a fim de acelerar os esforços de reforma em toda a região. O programa da reunião incluiu os seguintes quatro painéis:



Painel sobre reformas da administração de receitas

- **Reformas da administração de receitas:** Maurícia, Namíbia, Essuatíni e Seicheles partilharam os progressos alcançados na modernização da administração tributária e alfandegária, com o apoio do AFS/FAD. Os casos bem-sucedidos incluíram uma melhor qualidade das auditorias, melhoria da modernização aduaneira, melhor utilização de instrumentos de diagnóstico como a TADAT e avanços na transformação digital. As Seicheles anunciaram melhorias no cumprimento das obrigações de IVA após o lançamento de um portal unificado para os contribuintes, ao passo que a Namíbia chamou a atenção para a melhoria do seu desempenho na arrecadação de receitas e nos preparativos para a tributação do petróleo e do gás.
- **Desenvolvimento das capacidades do banco central:** O Banco da Maurícia (BM) mostrou os progressos que realizou na cibersegurança, nas previsões e análises de políticas,

na implementação da política monetária e na comunicação. Alguns dos principais sucessos incluíram a elaboração de uma estratégia de resiliência cibernética, a emissão de orientações sobre riscos cibernéticos e tecnológicos, a criação de uma Comissão de Chefes da Segurança da Informação que abrange todos os setores, o reforço do sistema de previsão e análise de políticas e um diálogo mais estruturado com as partes interessadas, a fim de apoiar as decisões de política monetária.

- **Gestão dos riscos orçamentais:** A Zâmbia, as Seicheles, a África do Sul e Madagáscar partilharam experiências relativas ao reforço dos quadros de risco orçamental. As práticas bem-sucedidas incluem a criação de unidades ou comissões dedicadas especificamente ao risco orçamental, a melhoria da comunicação de informações sobre as empresas públicas, a integração da análise dos riscos nas decisões orçamentais, a



Debate em painel com o Banco da Maurícia sobre reformas do Banco Central

utilização de instrumentos analíticos para medir riscos climáticos e o abandono de uma divulgação básica de informações em detrimento de uma gestão mais exaustiva dos riscos orçamentais.

- **Desenvolvimento das capacidades estatísticas:** As Comores, Madagáscar e Maurícia apresentaram progressos nas contas nacionais, estatísticas orçamentais e normas de divulgação de dados. As experiências bem-sucedidas são, entre outras, a mudança do ano de base do PIB, reformas consonantes com os manuais de estatística orçamental atualizados e o progresso da Maurícia rumo à adesão à Norma Especial de Divulgação de Dados Plus, apoiada por uma coordenação entre agências e por assistência técnica do FMI.



Missão sobre o quadro de implementação da política monetária ao Banco da Maurícia (maio de 2026)

CAIXA 2. PARCERIA MAIS PROFUNDA COM A MAURÍCIA

Nos últimos anos, um pilar central do trabalho do FMI com a Maurícia tem sido o apoio ao desenvolvimento de capacidades, a fim de modernizar o Banco da Maurícia (BM). Em colaboração com o MCM, o ICD (projeto financiado pelo Japão) e o AFS do FMI, o Banco da Maurícia alcançou progressos importantes em várias vertentes de trabalho que se reforçam mutuamente, relacionadas com a política monetária e a estabilidade financeira.

Reforço da resiliência no domínio da cibersegurança: A adoção de mudanças tecnológicas é indissociável da integridade do sistema financeiro. O BM está a implementar uma Estratégia de Resiliência e Risco Cibernéticos, com o apoio do MCM e do AFS, que tem como um dos principais objetivos aumentar a resiliência do setor bancário face a ciberameaças e riscos tecnológicos. Esta iniciativa constitui um marco importante para o setor bancário, colocando a Maurícia na vanguarda da região no que toca à proatividade na cibersegurança (no Índice Mundial de Cibersegurança de 2024, a Maurícia obteve melhor classificação de África e figura no grupo dos países de Nível 1). A abordagem multifacetada do BM para a cibersegurança, as suas medidas

proativas e a partilha de informações elevaram a fasquia para os bancos centrais da região.

Comunicação do banco central: A comunicação do banco central é extremamente importante para a consecução dos objetivos da instituição, especialmente em bancos que usam um regime de metas de inflação, em que é essencial gerir as expectativas. As empresas, as pessoas e a administração pública podem otimizar os seus comportamentos se compreenderem qual é o mandato do banco central, como esse mandato é interpretado e expresso, que instrumentos utiliza e como poderá utilizá-los. A comunicação eficaz pode ajudar a gerar credibilidade e confiança no banco central e na sua atuação. A comunicação é igualmente importante para a prestação de contas pelo banco central. O BM, em colaboração com o AFS, tomou medidas concretas para tornar a comunicação mais eficaz, nomeadamente delineando narrativas claras, assegurando sinais coerentes relativamente às políticas e combatendo a desinformação.

FPAS: O sistema de previsão e análise de políticas (FPAS, na sigla em inglês) é o quadro analítico central que está na base da execução da política

monetária. A política monetária afeta a inflação com um certo desfasamento. Por isso, os parâmetros da política monetária têm, necessariamente, de ser definidos com um foco no futuro. O FPAS apoia a definição de parâmetros de política monetária prospetivos na medida em que gera previsões, cenários de políticas e avaliações de riscos futuros para cada parâmetro de política suscetível de cumprir o objetivo da inflação. Desta forma, reforça a coerência, transparência e credibilidade das decisões sobre política. O BM elaborou ao longo dos anos um sistema de previsão e análise de políticas de vanguarda, com o apoio do ICD.

Quadro de implementação da política monetária (QIPM): A política monetária só se torna efetiva através das operações do banco central com o resto do mundo. A emissão de sinais, ou atos de comunicação suscetíveis de alterar as taxas de juro, por parte dos bancos centrais só são relevantes se afetarem as expectativas quanto a operações reais do mercado financeiro. O BM emvidou esforços significativos ao longo dos anos para reforçar o seu QIPM, a fim de assegurar uma transmissão mais eficaz, coerente e previsível do nível da taxa diretora, definido à luz do FPAS, para as condições financeiras.

PRIORIDADES DE DC NO EF2027

A formulação dos planos anuais de desenvolvimento das capacidades (DC) continua a ser norteadas por debates com as autoridades nacionais e por inquéritos junto dos beneficiários de DC e das equipas de país do AFR. As avaliações recentes demonstram uma forte procura de DC sobre variados domínios. Dada a existência de vulnerabilidades persistentes e a conjuntura externa em mudança, as prioridades incluem:

(1) combater a fragilidade orçamental

(especialmente em Estados frágeis e de baixos rendimentos), através da melhoria da gestão das finanças públicas, do reforço da mobilização de receitas internas e da promoção da gestão das finanças públicas e da sua transparência; (2) melhorar as operações do banco central e a eficácia dos quadros de política monetária, a fim de melhorar as perspetivas relativamente à estabilidade dos preços; (3) promover a estabilidade do setor financeiro; (4)

reforçar a tempestividade e fiabilidade de dados estatísticos essenciais para os decisores das políticas e o público; e (5) gerar capacidades para a elaboração de previsões macro-orçamentais. O recente inquérito do AFR, de 2025, junto das equipas de país do AFS e dos centros regionais de DC (AFRITAC) também mostra algumas mudanças, indicando uma preferência pelos temas da gestão da dívida, da governação/combate à corrupção e das moedas digitais.

FIGURA 5. ATIVIDADES DE DC NO EF2027 (PERCENTAGEM POR SETOR)

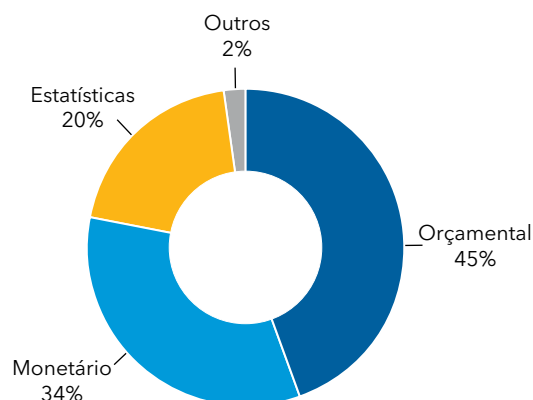
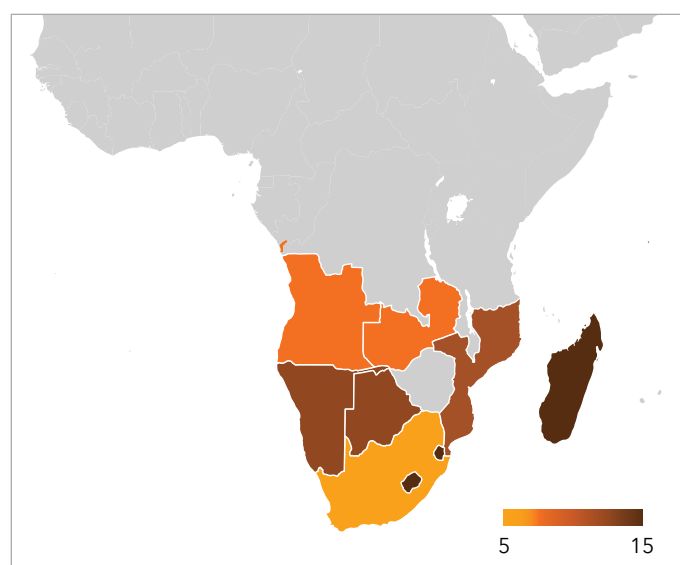


FIGURA 6. INTENSIDADE DA DC (N.º DE ATIVIDADES)



O plano de trabalho para o EF2027 permanece em linha com estas prioridades, que continuam a afetar sobretudo as vertentes de trabalho dedicadas ao orçamento, seguidas das vertentes relativas ao setor monetário e financeiro e às estatísticas (Figura 5). Estas vertentes abrangem apoio dedicado a domínios financiados pelo AFS, nomeadamente, a gestão das finanças públicas, a administração tributária, a administração aduaneira, a supervisão e regulamentação bancárias, a política monetária e as operações do mercado cambial, as infraestruturas do mercado financeiro e as *FinTech*, as estatísticas do setor real e as estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público. O plano de trabalho inclui 155 atividades financiadas pelo AFS, dedicadas aos seguintes temas:

- **Gestão das finanças públicas**, a fim de ajudar os países a progredir nas reformas de melhoria da transparência; reforço da gestão do risco orçamental; modernização da elaboração, controlo e execução do orçamento, bem como dos sistemas de tesouraria; reforço da supervisão das empresas públicas; quadro orçamental de médio prazo; práticas de gestão da tesouraria e da dívida; promoção de reformas na gestão do investimento público, incluindo processos mais robustos de avaliação, seleção e implementação, bem como melhor planeamento para assegurar a sustentabilidade e uma melhor afetação dos investimentos pelos vários setores; e introdução de soluções digitais para melhorar a eficiência.
- **Administração tributária e aduaneira**, para melhorar a mobilização de receitas internas através da melhoria dos sistemas tributários; reforço da gestão do cumprimento das obrigações tributárias; melhoria da gestão das cobranças e dos atrasados; melhoria das funções de auditoria e verificação; melhoria das capacidades analíticas (p. ex., análise de dados espelho, previsão de receitas, TADAT) e de liderança; melhoria da avaliação, classificação e cumprimento; maior foco no setor informal e diálogo com os contribuintes sensível às questões do género.
- **Estatísticas macroeconómicas** para melhorar a qualidade, abrangência e tempestividade das estatísticas do setor real, das finanças públicas e da dívida do setor público, nomeadamente através da mudança do ano de base e da retropolação das contas nacionais, da atualização dos índices de preços, do alargamento da cobertura das estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público e da prestação de apoio à adoção, pelos países, das mais recentes normas estatísticas atualizadas internacionalmente.
- **Operações de política monetária e do mercado cambial**, a fim de modernizar/reforçar o quadro operacional da política monetária; melhorar a gestão da liquidez e as previsões; reforçar as operações cambiais; aprofundar os mercados monetários e financeiros; melhorar as comunicações do banco central; e melhorar ainda mais a análise económica e as previsões utilizadas nas decisões de política monetária.
- **Supervisão e regulamentação bancárias**, para alinhar a legislação bancária com os requisitos de Basileia II e III; reforço da regulamentação prudencial em matéria de adequação de capital; melhoria dos quadros jurídicos/regulamentares aplicáveis à supervisão baseada no risco (SBR); reforço de capacidades de supervisão para a implementação da SBR; garantia de que o capital dos bancos reflete o seu perfil de risco e a sua estratégia empresarial; reforço das estruturas institucionais; e implementação de um quadro de riscos para a cibersegurança que integre considerações sobre estabilidade financeira.
- **Infraestrutura dos mercados financeiros e *FinTech***, para reforçar as infraestruturas dos mercados financeiros em várias dimensões: quadros regulamentares, disposições de supervisão, práticas de gestão do risco, cooperação entre as autoridades relevantes e desenvolvimento de competências e de inovação no domínio das *FinTech*.

- **Legislação financeira e orçamental**, para reforçar os quadros jurídicos em várias vertentes de trabalho.
- **Formação regional e inter-regional e destacamentos profissionais**, para melhorar os conhecimentos e as competências dos funcionários em várias vertentes de trabalho, a fim de apoiar melhor as reformas institucionais e orientar a implementação das recomendações decorrentes da assistência técnica.

Os assessores residentes do AFS financiados por outras entidades que não o AFS continuarão a apoiar os trabalhos relativos à gestão da dívida, à legislação sobre dívida e à governação e combate à corrupção (Quadro 4).

Em coerência com a estratégia de desenvolvimento de capacidades do AFS, que visa alargar o apoio à gestão da dívida, o centro alberga agora um assessor residente a tempo inteiro, financiado pela JSA, para ajudar a dar resposta à crescente procura por parte dos países membros. O plano de trabalho para o EF2027 proporciona um apoio ao seguimento dos projetos de gestão da dívida em curso em todos os países membros do AFS, com um foco no reforço das práticas de gestão da dívida, no desenvolvimento de mercados de dívida, na melhoria da transparência da dívida e na criação de capacidades para efetuar análises de sustentabilidade da dívida. O assessor do LEG, financiado pela JSA, responsável pela legislação sobre dívida continuará a dar apoio relativamente aos aspetos jurídicos, focando-se em legislação que promova a governação e as instituições, quadros de gestão da dívida pública e a transparência da dívida. Ambos os peritos prestarão também apoio em determinados *workshops* regionais liderados pelo AFS e pelo ATI, incluindo os cursos do ATI sobre “Gestão da Tesouraria e da Dívida” e “Contratos de Dívida Pública”. O DC sobre governação e combate à corrupção continuará a apoiar projetos nas Comores e em Madagáscar, bem como cursos específicos do ATI.

QUADRO 4. PRESTAÇÃO DE DC POR DETERMINADOS CANAIS NÃO AFS NO EF2027

País	Tema
Gestão da dívida e legislação sobre a dívida	
Angola	Diagnóstico do desenvolvimento do mercado obrigacionista em moeda local
Botsuana	Estratégia de gestão da dívida de médio prazo
Botsuana	Análise de Sustentabilidade da Dívida
Essuatíni	Diagnóstico do desenvolvimento do mercado obrigacionista em moeda local
Essuatíni	Quadro jurídico de gestão da dívida pública
Madagáscar	Desenvolvimento do mercado obrigacionista em moeda local
Maurícia	Lei sobre a gestão da dívida pública
Maurícia	Estratégia de gestão da dívida / Desenvolvimento do mercado obrigacionista em moeda local
Seicheles	Análise de sustentabilidade da dívida / Estratégia da dívida a médio prazo
Moçambique	Preparação dos dados da dívida para fins de análise e relato
Regional	Gestão de tesouraria e da dívida (curso do ATI)
Regional	Contratos de dívida pública (curso do ATI financiado pela JSA/SECO)
Zâmbia	Implementação da lei sobre gestão da dívida pública
Zâmbia	Estratégia de gestão do passivo - Seguimento
Zâmbia	Quadro jurídico das operações de reforma da gestão do passivo
Governança e combate à corrupção	
Comores	Adoção do decreto e do manual processual que implementa a declaração de ativos
Madagáscar	Implementação de recomendações prioritárias sobre o diagnóstico da governança
Regional	Confrontar a corrupção macrocrítica (ATI/ICD/LEG)

Nota: O plano acima exposto é o que vigora no final de junho de 2026 e não inclui eventuais alterações efetuadas após essa data.

SECÇÃO IV

REALIZAÇÃO DAS FORMAÇÕES

REALIZAÇÃO DAS FORMAÇÕES

Formação no EF2026 Estatísticas sobre a diversidade



Número de participantes

281 do AFS
Dos quais:
Estados frágeis e
afetados por conflitos 70



Participantes por língua (%)

Anglófonos 74%
Francófonos 13%
Lusófonos 13%



Gênero (%)

Masculino 54%
Feminino 46%



Participantes por agência (%)

Banco Central 33%
Ministério das Finanças 33%
Instituto Nacional de Estatística 4%
Autoridade tributária 28%
Outros 2%



Formato (%)

100% presencial



Formação por programa

Orçamental 7
Monetário e financeiro 6
Estatísticas 1
ICD (Macroeconomia) 1



Destacamentos profissionais para

África do Sul, Uganda, Namíbia,
Banco dos Estados
da África Central,
Banco da Reserva da África do Sul



Localização da formação exclusiva do AFS

Maurícia 8
Estrangeiro 7

A componente do programa de DC do AFS dedicada aos métodos de realização das formações continua a ser essencial para os esforços do centro destinados a integrar as formações com a assistência técnica, a concessão de empréstimos e as atividades de supervisão. Durante o EF2026, mais de 280 funcionários da região do AFS participaram ativamente numa série de ações de formação regionais e inter-regionais, muitas das quais foram realizadas em colaboração estreita com o ATI, outros AFRITAC e parceiros, incluindo o Japão (JSA) e o Banco

Mundial. O âmbito das formações continua a ser amplo, abrangendo temas técnicos centrais, como a gestão das finanças públicas, a gestão da dívida, quadros marco-orçamentais, operações do banco central e estatísticas, assim como domínios como os riscos financeiros relacionados com o clima, a liderança e a gestão de reformas, a digitalização e estratégias inovadoras de administração de receitas para o setor informal.

Alguns pontos a destacar são os cursos liderados pelo ICD sobre “Desigualdade de Género e Macroeconomia (DGM)”, realizado em conjunto com o ATI e financiado pela JICA, e o curso “Macroeconomia das Alterações Climáticas (MAC)”, realizado em conjunto com o ATI. O curso DGM continuou a apoiar iniciativas relacionadas com as questões de género em toda a região. A qualidade das formações manteve-se consistentemente elevada, com ganhos de aprendizagem de 7,6% para este curso.⁸ O curso MAC, realizado em

⁸ Os ganhos de aprendizagem são calculados como a diferença entre os resultados médios do teste efetuado antes do curso e os do teste realizado depois do curso, com as mesmas perguntas, medidos em percentagem.

colaboração com o ICD e o ATI, baseou-se nas opiniões recolhidas em edições anteriores e destacou aspetos práticos, como as dimensões macroeconómicas das alterações climáticas e os impactos transversais destas. Os ganhos de aprendizagem deste curso elevaram-se a 19,7%. Os participantes exprimiram a necessidade de formação subsequente sobre como integrar considerações climáticas nos modelos macroeconómicos.

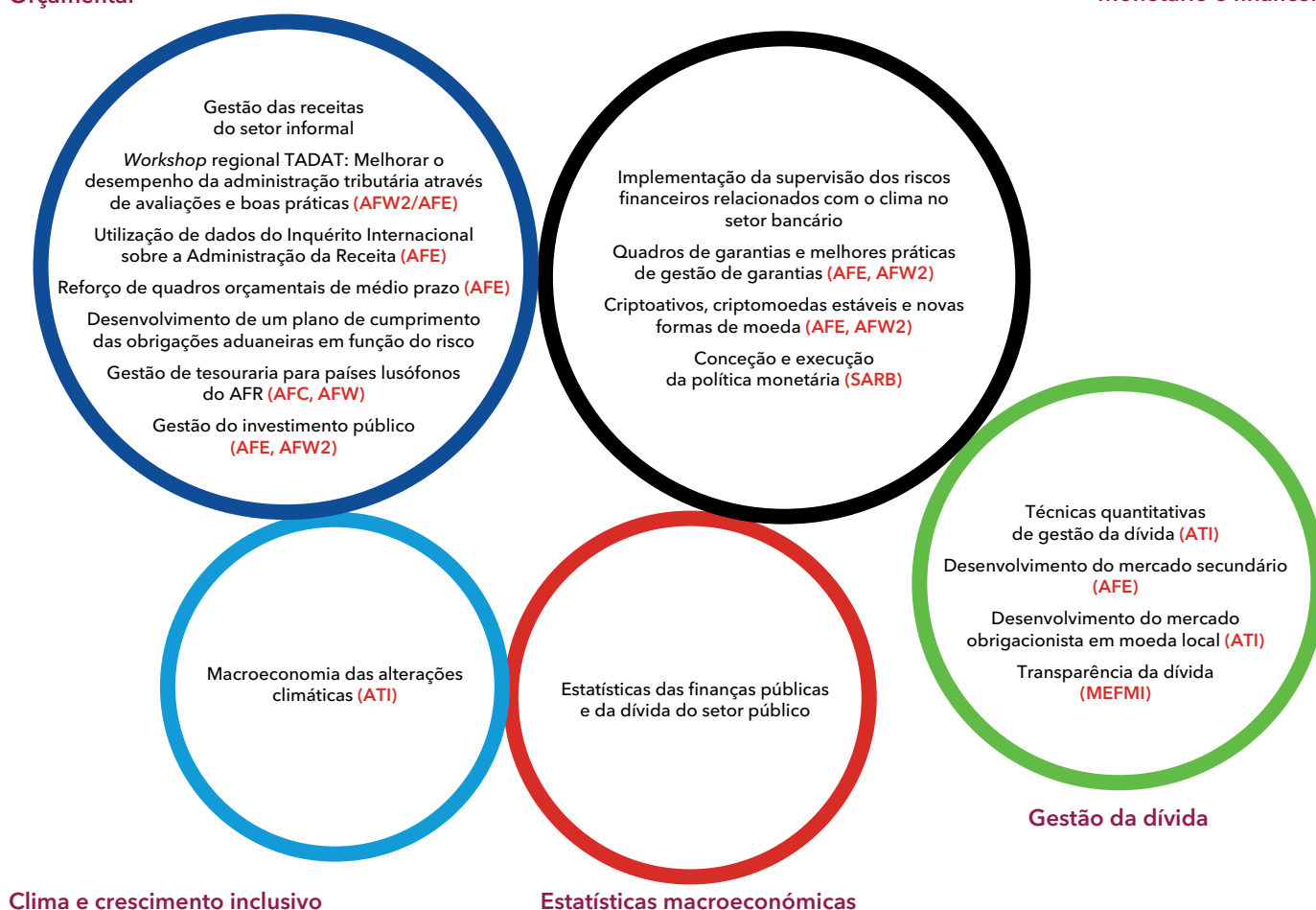
Um importante ponto forte do programa de formações do AFS tem sido a sua ênfase nas aprendizagens entre pares, em atividades práticas e na

aplicação prática das recomendações da assistência técnica, como parte dos processos de reforma. Esta abordagem tem promovido ligações mais fortes entre as experiências de formação, por um lado, e os resultados das consultas do FMI ao abrigo do Artigo IV, dos programas apoiados pelo FMI e das missões de assistência técnica, por outro. Reconhecendo a diversidade dos países membros, o AFS continua a dar prioridade à acessibilidade linguística, dando formações em inglês, francês e português e assegurando, desta forma, a participação ativa de países não anglófonos, alargando assim o alcance das formações oferecidas.

O lançamento do inquérito sobre o impacto das formações, em 2026, será crucial para orientar a conceção e distribuição dos futuros programas de formação. A formação continuará a estar plenamente integrada com a assistência técnica. O AFS continuará a financiar *workshops* regionais e inter-regionais, formações para países específicos, oportunidades para aprendizagens entre pares e destacamentos profissionais, com participantes de todos os países membros do AFS. Para mais pormenores, consultar o [Plano de Formação para o EF2027](#).

Orçamental

Monetário e financeiro

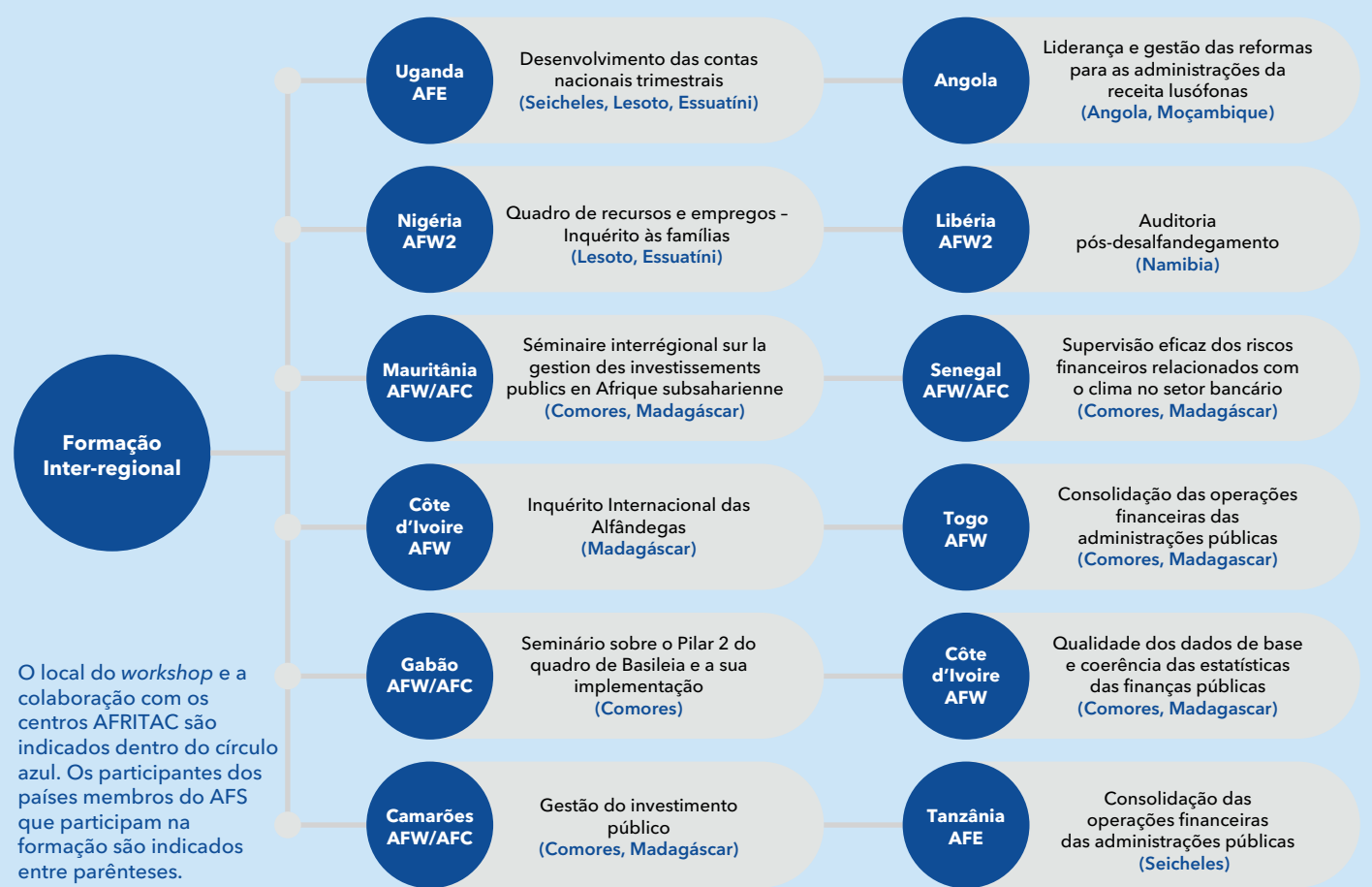


CAIXA 3. FORMAÇÃO INTER-REGIONAL

Formação Inter-regional: Uma inovação importante ocorrida nos últimos anos foi um maior alargamento das oportunidades de formação a outros países que não os membros do AFS, a fim de promover um maior diálogo regional e uma maior partilha de recursos entre centros AFRITAC. Ao estabelecer parcerias com outros AFRITAC, o AFS permitiu que 47 funcionários da sua região acessem a 12 cursos especializados no ano passado, que não teriam, de outra

forma, estado disponíveis aos países membros do AFS. Durante o EF2026, os assessores do AFS e do AFW2 responsáveis pelas estatísticas do setor real realizaram um *workshop* conjunto sobre “Quadros de recursos e empregos e estimativas do setor das famílias”. Está planeado para o EF2027 um *workshop* sobre “Mudança do ano de base do PIB”, com uma colaboração semelhante com o AFE. Recorrendo a uma abordagem semelhante, os assessores residentes do AFS e do AFE realizaram um *workshop*

conjunto sobre o Quadro Orçamental de Médio Prazo. Esta abordagem não só facilita as aprendizagens entre pares num grupo de países mais alargado, mas ajuda também a reduzir os custos que, de outra forma, seriam gastos em peritos externos de curto prazo. O AFS continuará a coordenar ações de formação planeadas por outros AFRITAC para o EF2027, com a intenção de identificar novas vias para ações em comum.



CAIXA 4. INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA A ÁFRICA LUSÓFONA

O AFS continuou a promover um diálogo mais profundo e mais adaptado com os países lusófonos, que se estendem por vários AFRITAC e partilham vários aspetos em comum. Para assegurar que esse diálogo é estruturado e tem impacto, o centro – em coordenação estreita com os outros AFRITAC e com o FAD – financiou uma série de ações de formação regionais específicas ao longo do EF2026. Essas iniciativas visam especificamente participantes de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe e incluíram:

- **Workshop regional sobre “Liderança e gestão das reformas para as administrações da receita lusófonas”:** o FAD, em colaboração com o AFS, AFC, AFW e AFW2, lançou o primeiro *workshop* dedicado à administração

de receitas para países lusófonos. Esse evento reuniu funcionários de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe e constituiu um grande passo em frente no trabalho com vários países.

- **Workshop regional sobre “Gestão de tesouraria para países da África lusófona”:** o AFS, em colaboração com o FAD, AFC, AFW e AFW2, organizou este *workshop*, que chamou a atenção para a gestão de tesouraria eficaz enquanto forma de gerar resiliência orçamental e de ajudar as administrações a gerirem a incerteza, a liquidez e os riscos de financiamento. Tratou-se da terceira edição do *workshop* lusófono sobre gestão das finanças públicas e o primeiro a focar-se em operações de tesouraria. Os participantes

exploraram a elaboração de previsões de tesouraria, reformas da Conta Única do Tesouro e a ferramenta de previsão e análise de tesouraria do FMI. Além disso, partilharam as experiências e desafios dos seus países. (Blogue: [Strengthening Cash \(“Caixa”\) Management through Lusophone Peer Learning](#))

Esta abordagem colaborativa destina-se a dar resposta às necessidades e oportunidades singulares dos vários países lusófonos e a encorajar a partilha de conhecimentos. Serão incorporados eventos semelhantes nos planos de DC, com um foco em domínios que reflitam a herança jurídica e institucional portuguesa que estes países têm em comum.

CAIXA 5. INQUÉRITOS SOBRE AS FORMAÇÕES DO AFS

O centro lançou os seus primeiros inquéritos sobre as formações este ano, para avaliar a eficácia da formação regional, através da avaliação da sua influência no desempenho profissional dos participantes e da recolha de opiniões dos chefes das instituições que patrocinaram os participantes. O inquérito segue as recomendações da Revisão da Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades do FMI, de 2024, do exercício da UE de monitorização orientada para os resultados efetuado no âmbito do acordo ECOGOVA, bem como das boas práticas de avaliação da eficácia da formação.

As conclusões a seguir apresentadas sintetizam os dois inquéritos sobre a formação do AFS, que foram conduzidos separadamente com participantes e patrocinadores, abrangendo o período entre o EF2024 e a primeira metade do EF2026. O inquérito aos participantes recebeu 286 respostas, de um total de 927 participantes (31%). O inquérito aos patrocinadores recebeu 61 respostas, de um total de 255 patrocinadores (24%). As conclusões destinam-se a

aferir o valor da formação prestada e a servir de base para ajustes específicos que reforcem e prolonguem ainda mais o seu impacto. A fim de refletir as diferentes perspetivas de cada grupo de inquiridos, as conclusões são apresentadas em secções distintas.

CONCLUSÕES DO INQUÉRITO AOS PARTICIPANTES

- A formação do AFS é vista como relevante e útil para reforçar o desempenho profissional quotidiano e a capacidade institucional. A maioria dos respondentes indicou que os conhecimentos e competências adquiridos são essenciais para o seu trabalho.
- Os conhecimentos e competências adquiridos durante a formação são substanciais, mas o tempo passado a aplicá-los no trabalho varia. Uma aplicação constante depende da pertinência do cargo e do apoio por parte da direção, ao passo que constrangimentos como a existência de dados limitados no país, insuficiências nas capacidades e fraco

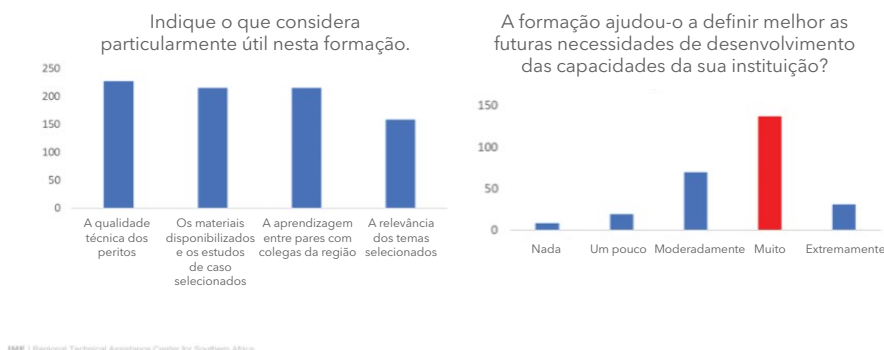
alinhamento com as funções exercidas podem reduzir a utilização consistente dos conteúdos aprendidos.

- A difusão dos conteúdos das formações dentro das instituições ocorre sobretudo através de partilhas informais entre colegas, o que sugere que há margem para reforçar transferências de conhecimentos mais sistemáticas e uma institucionalização das aprendizagens.
- Os participantes relatam que a formação melhora a eficiência das missões de assistência técnica da sede do FMI e do AFS, mas a perceção sobre as ligações com a implementação de programas apoiados pelo FMI e com as interações de supervisão é mais heterogénea.
- Os participantes identificaram a natureza prática e interativa dos cursos, a duração adequada e um melhor seguimento e apoio após o curso como alavancas prioritárias para aumentar o impacto, juntamente com uma maior cobertura de temas emergentes altamente procurados (clima, gestão da dívida, digitalização).

CONCLUSÕES DO INQUÉRITO AOS PATROCINADORES

- Os patrocinadores indicam ter uma boa opinião sobre o valor das formações, afirmando que a formação do AFS melhora a produtividade dos funcionários e reforça as capacidades em várias funções de base.
- Consideram as competências adquiridas essenciais para o trabalho dos funcionários e indicam que essas competências são altamente utilizadas no trabalho.
- Os patrocinadores salientam que as políticas e práticas institucionais dos países (incluindo programas de formação estruturados, regras de recursos humanos e trajetórias profissionais) são importantes para converter as aprendizagens individuais em ganhos duradouros para a instituição.
- Indicam também que são realizados diálogos com os funcionários antes dos cursos e debates de aprendizagem regulares depois dos cursos, e consideram que há potencial para reforçar estes mecanismos.
- Os patrocinadores assinalam que existe claramente procura de mais formação para quadros médios e

Os inquiridos valorizam a elevada qualidade dos materiais, a partilha de conhecimento entre pares e a seleção adequada dos temas... A maioria dos participantes considera que a formação ajuda a definir melhor as futuras necessidades de desenvolvimento das capacidades das respetivas instituições...



superiores, maior recurso a formações em formato virtual e híbrido, dependendo do financiamento, e apoio subsequente sobre módulos de formação complexos.

IMPLICAÇÕES TRANSVERSAIS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

- Os dois inquéritos indicam que a formação do AFS está a gerar muito valor e apontam para medidas práticas passíveis de aprofundar e prolongar o impacto nas instituições. As ações prioritárias incluem:

- Manter uma forte orientação prática, dando prioridade a exercícios práticos, casos de país realistas e instrumentos que os participantes possam aplicar imediatamente, após o regresso às suas funções.
- Reforçar o acompanhamento após as formações, oferecendo cursos estruturados de reciclagem de conhecimentos e reforçando as ligações entre a formação, a assistência técnica e as reformas em curso.



Apresentação dos resultados do inquérito sobre a formação do AFS na reunião do Comité de Pilotagem (Maurícia, julho de 2026)

- Alinhar o público-alvo dos cursos e a seleção dos participantes mais estreitamente com as funções profissionais, a fim de aumentar

Utilizar um formato de formação adequado aos objetivos, através do alargamento das opções em formato virtual ou híbrido, sempre que estas preservem a qualidade das aprendizagens, e mantendo as formações presenciais para conteúdos altamente interativos ou tecnicamente complexos.

workshops do AFS – sendo este último ponto uma recomendação da Revisão da Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades do FMI de 2024.



Conferência regional sobre a conceção e execução da política monetária em países da África Austral, organizada pelo Banco de Reserva da África do Sul (África do Sul, novembro de 2025)

SECÇÃO V

COORDENAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS PARCEIROS DOADORES

COORDENAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS PARCEIROS DOADORES

As equipas do AFS/FMI continuaram a comunicar de perto com importantes parceiros, para coordenar as prioridades estratégicas comuns de DC e para reforçar sinergias. Essas ações de comunicação incluíram:

- **Sensibilização geral**, através do sítio Web do AFS e de boletins informativos difundidos junto de representantes dos parceiros de desenvolvimento. O sítio Web serve como principal repositório de informação duradoura, incluindo relatórios anuais e planos de trabalho.
- **Relatórios e partilha de informações sobre AT** com os membros do Comité de Pilotagem, através da plataforma [PartnersConnect](#) do FMI. As reuniões do Comité de Pilotagem contaram com a participação de representantes dos parceiros de desenvolvimento e o AFS continuou a convidar estes parceiros para a abertura de *workshops* regionais.
- **Missões de AT anunciadas sistematicamente com antecedência e reuniões com a comunidade de parceiros de desenvolvimento, que geram oportunidades de coordenação.** No EF2026, isso incluiu reuniões com delegações da UE, a Embaixada dos Estados Unidos no Essuatíni, o Banco Mundial, o AFRISTAT, o Alto-Comissariado do Reino Unido no Lesoto, Botsuana e



Segunda reunião anual de coordenação da ECOGOVA (30 de janeiro de 2026)



Inauguração do *workshop* "Implementação da supervisão dos riscos financeiros decorrentes do clima no setor bancário", por José Maria Troncoso Perera, Chefe da Cooperação da delegação da UE à Maurícia e Seicheles (setembro de 2025)

Zimbabué, a Agência Francesa de Desenvolvimento nas Comores, a Secretaria de Estado Suíça para os Assuntos Económicos (SECO) na África do Sul e o Fundo das Nações

Unidas para a Infância (UNICEF). O AFS assegurou também a visibilidade dos parceiros de desenvolvimento em todos os materiais de AT e de formação pertinentes.



Reunião dos assessores responsáveis pela gestão das finanças públicas com o Alto-Comissário Britânico para o Lesoto (novembro de 2025)



Reunião de peritos do FAD e do AFS com representantes da SECO na África do Sul (janeiro de 2026)

No que diz respeito aos requisitos de comunicação de informações, monitorização e avaliação aplicáveis aos parceiros de desenvolvimento, o centro apoiou a revisão anual do Programa SIMF do Reino Unido, bem como a análise da conclusão do programa. O AFS participou

ativamente na segunda Reunião de Coordenação Anual do acordo ECOGOVA (Melhorar a Governação Económica na África Subsariana) e está a trabalhar na implementação das recomendações emitidas após o relatório sobre o exercício de monitorização orientada para

os resultados. O centro acolhe favoravelmente as conclusões e recomendações resultantes destas análises, que continuam a fornecer dados importantes para o programa de DC do centro, juntamente com outras formas de diálogos com os parceiros.

SECÇÃO VI

ORÇAMENTO
E FINANCIAMENTO

ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO

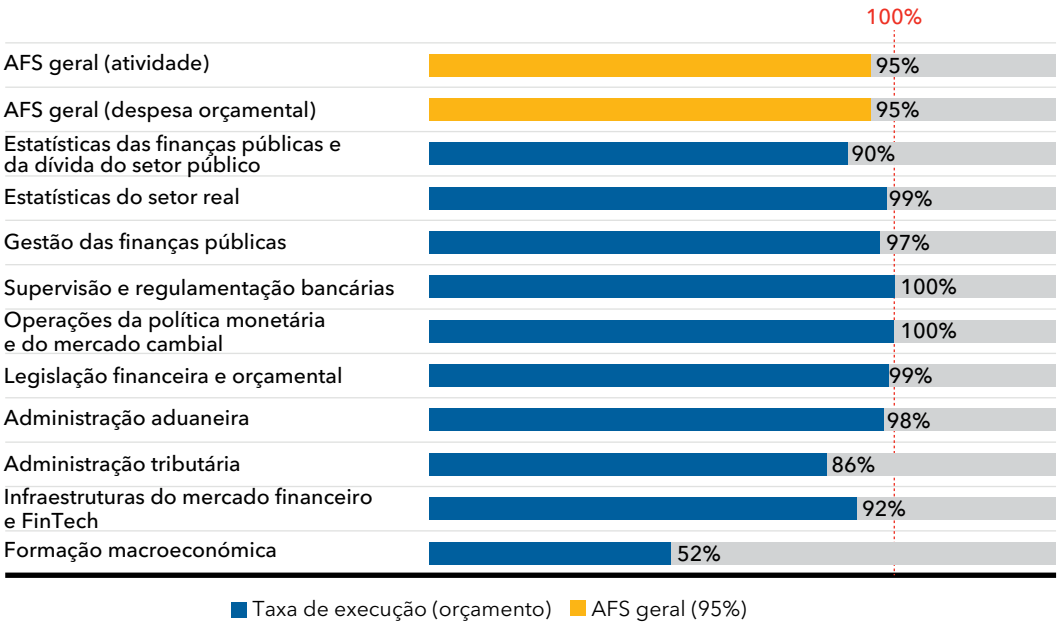
A situação do AFS em termos de financiamento e liquidez continua limitada, o que significa que a orçamentação e a definição de prioridades do plano de trabalho têm de ser feitas com prudência. Ao longo do EF2026, o centro aplicou um plano de contingência para assegurar, entre outros aspetos, a sustentabilidade de projetos de DC essenciais ao longo da Fase III, revendo ao mesmo tempo a distribuição dos recursos pelas várias carteiras de projetos, em função

do ritmo de execução do plano de trabalho. Assim, foi possível alcançar uma taxa de execução de 95% do orçamento e economizar fundos para o EF2027 (Figura 7).

Os esforços de angariação de fundos pelo ICDGP, através dos seus diálogos de parceria, continuam a ser fundamentais para apoiar a crescente procura de DC e colmatar as lacunas de financiamento existentes em todas as vias do FMI, incluindo o AFS.

Embora a crescente fragmentação geopolítica, os limitados orçamentos dos doadores e as mudanças nas preferências destes continuem a impor grandes constrangimentos, as iniciativas destinadas a continuar a diversificar a base de doadores e a prestação de financiamento suplementar por parte de parceiros importantes ajudaram a mobilizar financiamento externo adicional desde dezembro de 2025. Alguns acontecimentos recentes incluem a adesão da Noruega enquanto

FIGURA 7. TAXA DE EXECUÇÃO NO EF2026 POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE DC DO AFS

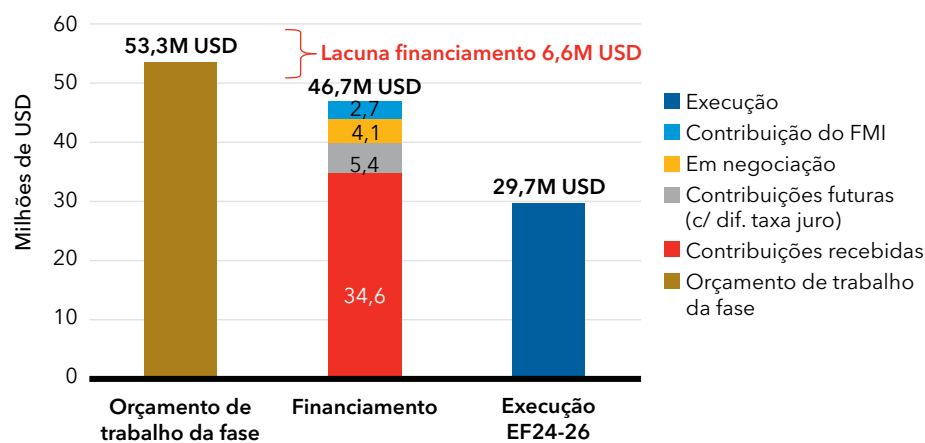


novo parceiro contribuinte, ao abrigo da sua nova parceria estratégica intitulada “Promover oportunidades conjuntas para um desenvolvimento resiliente”, bem como a conclusão de acordos de financiamento com a República Popular da China e a Arábia Saudita e compromissos de financiamento adicional da Alemanha. Estes contributos reduziram a lacuna de financiamento para 6,6 milhões de dólares (Figura 8).⁹ O total de contribuições ascendeu a 46,7 milhões de dólares – um aumento em relação aos 39,0 milhões contabilizados no final de outubro de 2025 (Quadro 5).

Embora os recentes progressos alcançados na angariação de fundos sejam promissores, o AFS depara-se com uma limitação persistente da liquidez¹⁰ (Figura 9) – daí a necessidade de continuar a executar o plano de contingência acordado no EF2026. Para tal, é necessário manter, no EF2027 e no EF2028, a redução do apoio ao DC e continuar a procurar sinergias e eficiências de custos, através da organização de ações de formação com outros AFRITAC e com o ATI e da procura de financiamento conjunto de projetos de DC com outros instrumentos do FMI, como a Parceria

Mundial para as Finanças Públicas, o D4D, a Análise da Estabilidade do Setor Financeiro, o fundo CBC/FT e programas bilaterais financiados por parceiros doadores. Para evitar mais cortes na prestação de atividades de DC, o AFS, em coordenação estreita com a sede do FMI, continuará a implementar os planos de ação sobre financiamento, nos quais se inclui a procura de financiamento complementar dos atuais parceiros, ao abrigo de acordos-quadro, o alargamento da base de doadores e o acompanhamento do desembolso rápido de contribuições pendentes.¹¹

FIGURA 8. RESUMO FINANCEIRO DA FASE III DO AFS (EF2024-2028)
(dados de final de abril de 2026)



⁹ Estes dados pressupõem um desembolso do total das contribuições dos membros com quem há acordos assinados.
¹⁰ Com base nos fundos disponíveis, nos contributos assinados e nos compromissos, o Centro dispõe de aproximadamente 18,4 meses de liquidez.
¹¹ Cinco países membros têm pagamentos em atraso anteriores ao EF2026.

QUADRO 5. CONTRIBUTOS FINANCEIROS PARA A FASE III DO AFS

Em milhões de dólares dos EUA; dados de 30 de abril de 2026.

Informação sobre o acordo/alteração					Contribuição recebida		Contribuição esperada (em USD)	
Parceiros/membros	Data de assinatura ^{1/}	Moeda	Montante	Dólar dos EUA	Na moeda acordada	Em dólares dos EUA	Solicitada	Contribuições futuras ^{2/}
Parceiros				29,1		26,5	-	2,4
China	21/12/2023	USD	2,5	2,5	2,5	2,5	-	-
China ^{3/}	Pendente	USD	1,5	1,5	-	-	-	1,5
Comissão Europeia	22/5/2023	USD	9,1	9,1	9,1	9,1	-	-
Comissão Europeia	5/6/2024	USD	5,6	5,6	5,6	5,4	-	-
Alemanha	22/12/2022	EUR	1,0	1,1	1,0	1,1	-	-
Noruega	5/12/2025	NOK	12,6	1,2	12,6	1,2	-	-
Arábia Saudita ^{4/}	Pendente	USD	5,2	5,2	4,4	4,4	-	0,9
Suíça	14/11/2022	CHF	2,0	2,1	2,0	2,1	-	-
Reino Unido	19/3/2024	GBP	0,5	0,6	0,5	0,6	-	-
Membros				5,8		3,9	1,0	1,1
Angola	30/7/2024	USD	0,5	0,5	0,1	0,1	0,2	0,2
Botsuana	28/3/2023	USD	0,5	0,5	0,4	0,4	-	0,1
Essuatíni	17/8/2023	USD	0,5	0,5	0,2	0,2	0,2	0,1
Lesoto	16/4/2024	USD	1,0	1,0	0,5	0,5	0,3	0,2
Madagáscar	5/10/2023	USD	0,5	0,5	0,5	0,5	-	-
Moçambique	13/2/2024	USD	0,5	0,5	0,4	0,4	-	0,1
Namíbia	8/8/2023	USD	0,5	0,5	0,5	0,5	-	-
Seicheles	29/8/2023	USD	0,5	0,5	0,4	0,4	-	0,1
África do Sul	21/9/2023	USD	0,3	0,3	0,2	0,2	-	0,1
África do Sul	27/11/2023	USD	0,1	0,1	-	-	0,1	-
Zâmbia	17/7/2025	USD	0,5	0,5	0,3	0,3	-	0,2
Zimbabué	6/2/2024	USD	0,5	0,5	0,4	0,4	0,1	-
Parceiros e países membros, total				34,9		30,3	1,0	3,4
Transferências internas, total ^{5/}				0,04		0,04	-	-
Em negociação								
Alemanha		EUR	3,5	4,1				
Em negociação, total				4,1				
País anfitrião e FMI								
País anfitrião								
Dinheiro		USD	5,0	5,0		4,2		0,8
Em espécie				-				
FMI				2,7				
País anfitrião e FMI, total				7,7				
Total geral				46,7		34,6	1,0	4,2
Orçamento de trabalho da Fase				53,3				
				(6,6)				

1/ Pode também referir-se a acordos que estão em vias de negociação e à data de aprovação de acordos de Parcerias de Desenvolvimento das Capacidades (como acordos flexíveis/acordos-quadro).

2/ O valor da contribuição futura é indicado como zero caso as parcelas já tenham sido recebidas.

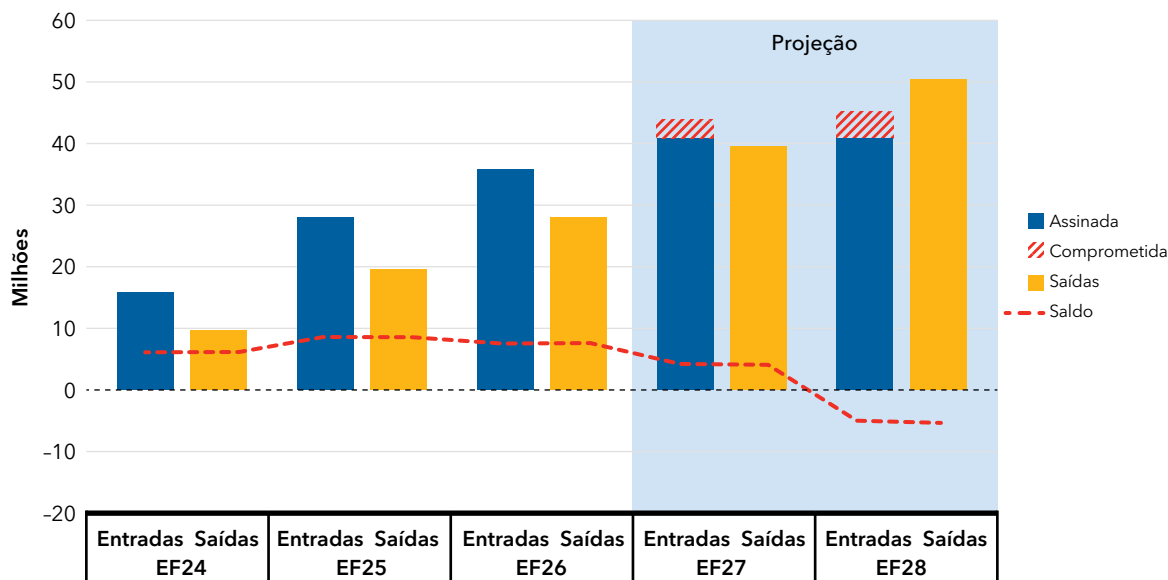
3/ O acordo foi assinado em maio de 2026.

4/ O montante inclui o montante adicional de 875.000 dólares assinado em junho de 2026.

5/ Refere-se a transferências de uma fase do programa para outra (por exemplo, reconduções de fase).

Nota: As atualizações mensais das contribuições financeiras estão disponíveis aos doadores inscritos e aos países membros através da plataforma [PartnersConnect](#) do FMI.

FIGURA 9. PROJEÇÕES DE LIQUIDEZ PARA A FASE III DO AFS



QUADRO 6. ORÇAMENTO E EXECUÇÃO DO AFS

Em milhares de dólares dos EUA; dados de 30 de abril de 2026.

Síntese da Fase				EF2026			EF2027
Projeto	Orçamento do programa	Orçamento de trabalho	Despesas	Orçamento de trabalho	Despesas	Execução (%)	Orçamento de trabalho
Gestão das finanças públicas	11.902	11.626	7.050	2.125	2.070	97%	2.100
Administração aduaneira	5.590	4.799	2.836	900	883	98%	800
Administração tributária	5.418	4.571	2.644	900	771	86%	800
Supervisão e regulamentação bancárias	4.682	4.420	2.746	812	810	100%	700
Operações da política monetária	5.664	5.079	3.101	931	931	100%	800
Infraestruturas do mercado financeiro	3.125	3.242	1.892	700	641	92%	700
Gestão da dívida	1.683	572	-	-	-	-	-
Estatísticas do setor real	6.010	4.434	2.332	640	634	99%	800
Estatísticas das finanças públicas	250	1.834	1.234	600	538	90%	600
Legislação fiscal e financeira	1.665	712	242	31	31	99%	100
Projeto administrativo	2.264	2.511	1.520	519	456	88%	600
Projeto de formação	1.545	874	527	60	31	52%	130
Governança e avaliação (incluindo consultoria e apoio de retaguarda sobre gestão centrada nos resultados)	402	288	5	5	5	97%	200
Reserva orçamental estratégica	2.719	1.426	-	-	-	-	800
Projeto de mudança de instalações	-	935	196	231	196	85%	738
Subtotal	52.920	47.324	26.326	8.454	7.997	95%	9.868
Gestão do fundo fiduciário	3.704	3.313	1.843	592	560		691
Total	56.624	50.637	28.168	9.046	8.557	95%	10.559
Despesas do FMI	2.659	2.685	1.508	493	508	103%	533
País anfitrião, em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Total	59.284	53.321	29.676	9.539	9.065	95%	11.092

O centro continuou a acompanhar de perto a execução das atividades de DC, para assegurar que as despesas continuam dentro da dotação aprovada pelo Comitê de Pilotagem em dezembro de 2025. O total de despesas ascendeu a 9,1 milhões de dólares no EF2026, em comparação com os

9,5 milhões aprovados em dezembro de 2025 (Quadro 6). Para o EF2027, o orçamento total do centro está estimado em 11,1 milhões, o que inclui dotações excepcionais para a mudança de instalações do centro e a avaliação externa intercalar. Essa dotação baseia-se também nas projeções de

liquidez e pressupõe um desembolso atempado dos fundos por parte dos membros. O centro está a aumentar a reserva orçamental estratégica para permitir maior flexibilidade na distribuição dos recursos, a fim de dar resposta a necessidades emergentes e prioritárias durante o exercício financeiro.

CAIXA 6. INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE A MUDANÇA DO AFS E DO ATI PARA NOVAS INSTALAÇÕES

O Comitê de Pilotagem aprovou a mudança de instalações do AFS e do ATI, decorrente da necessidade de melhorar o espaço de trabalho e de formações e dar resposta à procura crescente. O novo escritório cumprirá os padrões de nível mundial a que obedecem as outras instalações regionais de formação do FMI e deverá proporcionar aos participantes uma melhor experiência de aprendizagem,

tanto presencial como virtual, em consonância com a elevada procura de desenvolvimento de capacidades na região. A mudança de instalações do AFS/ATI passou agora para uma fase mais avançada, com estimativas de custos atualizadas. O calendário da mudança foi prolongado até ao primeiro trimestre do ano civil de 2027 e o orçamento estimado aumentou para 4,9 milhões de dólares (para o AFS e o

ATI em conjunto). O aumento deve-se sobretudo a uma nova verificação e determinação dos custos dos materiais e equipamentos necessários para a instalação, bem como a prazos mais longos para a adjudicação e o transporte de mercadorias. A Maurícia afetou generosamente 3,0 milhões de dólares para custear as despesas pontuais de *design* e equipamento das instalações.

SECÇÃO VII

RISCOS E MITIGAÇÃO

Financiamento do AFS: Uma colaboração forte com os parceiros de desenvolvimento continua a ser essencial para colmatar a lacuna de financiamento e evitar atrasos na implementação dos projetos de DC do AFS. Embora o financiamento e a liquidez tenham registado uma melhoria global, em comparação com o ano anterior, a lacuna de financiamento restante exige que se continue a aplicar um plano de contingência apoiado por (1) um plano de DC mais modesto e consonante com os compromissos já assumidos pelos parceiros e membros; (2) esforços contínuos para aproveitar sinergias e eficiências de custos, através da realização de ações de formação com outros AFRITAC e o ATI; (3) financiamento conjunto de projetos de DC com outros instrumentos do FMI, como a Parceria Mundial para as Finanças Públicas, o D4D, a Análise da Estabilidade do Setor Financeiro e o fundo CBC/FT; (4) um acompanhamento atento da execução do plano anual de DC e flexibilidade para transferir recursos entre programas de financiamento; e (5) obtenção de novo financiamento através de financiamentos suplementares e de uma maior diversificação da base de doadores.

Diálogo com os beneficiários de DC: O diálogo contínuo das autoridades dos países com o AFS/FMI continua a ser fulcral para a eficiência do desenvolvimento de capacidades. Um fraco diálogo ao longo do ciclo de vida do projeto de DC, ou um empenho limitado na implementação

das reformas, reduz a eficácia do DC. O AFS irá rever e articular o plano de DC anual com as estratégias de DC dos países, com um foco em domínios de elevado impacto e em crescimento, como a gestão da dívida, a mobilização de receitas internas, a governação e o combate à corrupção, as soluções digitais, o clima, a inclusão e o género. O AFS continuará a nortear o seu trabalho à luz das opiniões recolhidas em missões de diagnóstico, debates realizados durante missões de AT e *workshops*, consultas efetuadas durante diálogos com funcionários, reuniões com os parceiros de desenvolvimento e as reuniões anuais do FMI.

Novas condições de crise: O impacto dos recentes choques e disrupções (pandemia de COVID-19, contração do financiamento, guerra da Rússia na Ucrânia, conflito no Médio Oriente) fez-se sentir de várias formas, incluindo alterações inesperadas nas necessidades de DC dos países membros. O AFS mantém a flexibilidade e está pronto para adaptar rapidamente o seu plano de trabalho, assegurando um apoio atempado em domínios prioritários essenciais para uma resposta eficaz a crises. No futuro, as intervenções continuarão a nortear-se por uma monitorização atenta da execução do plano de trabalho, por uma redistribuição proativa e flexível dos recursos entre países e vertentes de trabalho e por uma coordenação reforçada com os parceiros, a fim de potenciar sinergias e evitar duplicações.

ANEXO

ANEXO I.

Execução no EF2024-EF2026 e Plano para o EF2027 – Atividades financiadas pelo AFS

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Supervisão e regulamentação bancárias		28	25	22	19	19	20
Angola	Supervisão baseada no risco – Formação		o				
	Avaliação do governo societário			o			
Botsuana	Reforma do regulamento relativo ao risco de liquidez – Avaliação da proposta de regulamento relativo ao rácio de cobertura de liquidez e ao rácio de financiamento estável líquido	o			o		
	Avaliação ICAAP					o	
	Reforma do regulamento relativo ao risco de liquidez – Finalização da reforma	o					
	Supervisão dos riscos de cibersegurança – Guia de inspeção <i>in situ</i> I	o					
	Supervisão dos riscos de cibersegurança – Guia de inspeção <i>in situ</i> II	o					
	Programa de avaliação da supervisão – Inspeção <i>in situ</i> – Avaliação e formação		o				
	Inspeção <i>in situ</i>		o				
	Reforma da supervisão do risco de liquidez – Supervisão do risco de liquidez – Inspeção II			o			
	Melhoria da supervisão baseada no risco – Notação de risco e planeamento de ações						o
	Melhoria da supervisão baseada no risco – Notação de risco e planeamento de ações (quadro)						o
	Melhoria da supervisão baseada no risco – Notação de risco e planeamento de ações (implementação)						o
Comores	Implementação das reformas de Basileia II/III – Reforma da regulamentação e das orientações I	o					
	Implementação das reformas de Basileia II/III – Reforma da regulamentação e das orientações II	o					
	Implementação das reformas de Basileia II/III – Reforma da regulamentação e das orientações III	o					
	Supervisão baseada no risco – Formação I		o				
	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco – Notação do risco			o	o	o	o
	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco – Análise à distância						o
Essuatíni	Inspeção da cibersegurança <i>in situ</i> – Destacamento com o Banco da Namíbia	o					
	Quadro de emissão de licenças – Orientações para a avaliação	o					
	Supervisão baseada no risco – Formação sobre os elementos essenciais da supervisão		o				
	Análise da Estabilidade do Setor Financeiro – Planeamento da recuperação		o	o	o	o	
	Reforço do quadro da supervisão baseada no risco (Inspeção <i>in situ</i> orientada)			o			o

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Essuatíni	Reforço da supervisão baseada no risco - Formação - ICAAP e método de ponderação do modelo Bayesiano			o	o	o	
	Quadro de alerta e intervenção precoces		o				
	Reforço do quadro da supervisão baseada no risco - Risco residual e Plano de ação da SBR				o	o	
	Reforço do quadro da supervisão baseada no risco - Implementação						o
	Planeamento da recuperação (finalização do quadro)						o
	Supervisão baseada no risco - CBC/FT						o
	Reforço do quadro da supervisão baseada no risco (quadro final)						o
Lesoto	Reforço do quadro da supervisão baseada no risco - Inspeção <i>in situ</i>	o					
	Cibersegurança - Destacamento com o Banco da Namíbia	o					
	Cibersegurança - Destacamento com o Banco da Namíbia	o					
	Risco de cibersegurança - Inspeção <i>in situ</i> orientada		o				
	Melhoria da supervisão baseada no risco - Planeamento da recuperação	o	o	o	o		
	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - Notação do risco e plano de ações de supervisão		o				
	Supervisão baseada no risco - Finalização do processo de avaliação pelo supervisor/SBR/alerta precoce						o
Madagáscar	Revisão da legislação bancária						o
	Reformas de Basileia II/III - Desenvolvimento de regulamentação	o					
Maurícia	Análise da Estabilidade do Setor Financeiro EF27			o			
	Supervisão baseada no risco - Supervisão de conglomerados			o	o	o	
Moçambique	Supervisão baseada no risco - Supervisão de conglomerados (formação e seguimento na área de CBC/FT)						o
	Supervisão prudencial - Formação de base	o					
	Supervisão prudencial - Formação intermédia	o					
	Governança - Avaliação da regulamentação		o				o
	Processo de análise de dados prudenciais		o	o			
	Supervisão prudencial - Formação avançada			o	o	o	
	Basileia III		o	o	o	o	
	Reforço da supervisão baseada no risco (finalização dos quadros de risco residual e do plano de ação da SBR)						o
Namíbia	Reforço da supervisão baseada no risco (risco residual e desenvolvimento do plano de ação da SBR)						o
	Avaliação do regulamento relativo aos riscos de cibersegurança	o					
	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeções <i>in situ</i> I	o					
	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeções <i>in situ</i> II	o					
	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeções <i>in situ</i> III	o					
	Quadro de supervisão baseada no risco - Processo de avaliação pelo supervisor		o				
	Normas internacionais de relato financeiro (IFRS 9) do Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia		o				
	Estrutura e recursos do departamento de supervisão bancária		o				

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisito para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Namíbia	Risco de crédito e IFRS9 – Inspeção I			o	o	o	
	Risco de crédito e IFRS9 – Inspeção II			o	o	o	
	Risco de crédito e IFRS9 – Formação de seguimento			o	o	o	
Regional	Trabalhar com os princípios fundamentais de Basileia	o					
	Princípios fundamentais de Basileia revistos para uma supervisão bancária eficaz I	o					
	Princípios fundamentais de Basileia revistos para uma supervisão bancária eficaz II	o					
	Princípios fundamentais de Basileia revistos para uma supervisão bancária eficaz III	o					
	Supervisão do governo societário		o				
	Riscos principais e emergentes, governação e análise do modelo de negócio		o				
	Regulamentação e supervisão da cibersegurança – Formação II		o				
	Supervisão dos riscos financeiros relacionados com o clima			o	o	o	
	Supervisão eficaz dos riscos financeiros decorrentes do clima no setor bancário (liderado pelo AFC e pelo AFW)			o	o	o	
	Seminário regional sobre o Pilar II (liderado pelo AFC e pelo AFW)					o	
	Utilizar a tecnologia para reforçar a eficiência da supervisão						o
Seicheles	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco – Notação de risco e planeamento de ações de supervisão	o		o	o	o	
	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco – Supervisão à distância		o				o
	Notação do risco		o				
	Avaliação da cibersegurança – Formação			o	o	o	
	Análise do risco de crédito e IFRS9 – Destacamento para a Namíbia			o	o	o	
	Supervisão baseada no risco – Reforço (estrutura e recursos)				o	o	
	Avaliação da cibersegurança – Inspeção orientada I						o
África do Sul	Supervisão baseada no risco – Formação de base sobre supervisão		o				
Zâmbia	Implementação das reformas de Basileia II/III – Reforma do rácio de cobertura de liquidez e do rácio de financiamento estável líquido I	o					
	Implementação das reformas de Basileia II/III – Reforma do rácio de cobertura de liquidez e do rácio de financiamento estável líquido II	o					
	Alerta precoce e planeamento da recuperação – Desenvolvimento (em conjunto com a Análise da Estabilidade do Setor Financeiro)						o
Zimbabué	Supervisão dos riscos de cibersegurança – Guia de inspeções <i>in situ</i> II		o				
	Reforço do quadro da supervisão baseada no risco – <i>Workshop</i> sobre combate ao branqueamento de capitais (CBC)		o				
	Supervisão baseada no risco – Formação	o					
	Regulamentação sobre o governo societário – Avaliação		o				

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Zimbabué	Melhoria da supervisão consolidada - Formação			o			
	Governança - Inspeções <i>in situ</i> I			o	o	o	
Administração aduaneira		23	17	16	21	19	18
Angola	Gestão de projetos	o					
Comores	Legislação	o					
	Execução e facilitação do comércio - Procedimentos sobre impostos especiais de consumo	o					
	Execução e facilitação do comércio - Procedimentos sobre impostos especiais de consumo III		o				
	Execução - Exploração da análise de dados espelho		o				
	Processo de desalfandegamento - Regimes suspensivos não reconhecidos e remoção direta		o				
	Gestão do Risco	o					
	Execução - Reforço da gestão do risco - Exploração da análise de dados espelho II (em colaboração com a Parceria Mundial para as Finanças Públicas)			o	o	o	
	Execução - Reforço da gestão do risco - Exploração da análise de dados espelho III (em colaboração com a Parceria Mundial para as Finanças Públicas)			o	o	o	
	Visita de estudo à Maurícia sobre gestão do desempenho						o
Essuatíni	Imposto especial de consumo	o					
	Combate ao contrabando I	o					
	Combate ao contrabando II	o					
	Combate ao contrabando III	o					
	Execução - Combate ao contrabando IV		o				
	Facilitação do comércio - Gestão coordenada das fronteiras I		o				
	Reforço da gestão do risco V			o	o	o	
	Desenvolvimento de um programa de comerciante de confiança destinado ao setor informal I			o			
	Reforço da capacidade de análise de dados I			o	o	o	o
Lesoto	Execução - Desenvolvimento de uma estratégia de combate ao contrabando I		o				
	Valorização de automóveis usados						o
	Plano de cumprimento						o
Madagáscar	Isenções	o					
	Auditoria pós-desalfandegamento	o					
	Gestão do risco e informações	o					
	Avaliação de projetos	o					
	Processo de desalfandegamento e avaliação aduaneira		o				
	Procedimento melhorado para a gestão de regimes suspensivos (auditoria)		o				
	Reforço do planeamento estratégico		o				

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisito para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Madagáscar	Reforço da auditoria interna nas alfândegas		o				o
	Governança - Reforço da auditoria interna II			o	o	o	o
	Governança - Reforço da auditoria interna III				o		
Maurícia	Gestão das relações com as partes interessadas I	o					
	Gestão das relações com as partes interessadas II	o					
	Gestão das relações com as partes interessadas III	o					
	Execução - Aplicação prática da gestão do risco		o				
	Gestão do Risco				o	o	o
	Alfândegas - TADAT						o
	Criação de capacidades de gestão						o
Namíbia	Formação aduaneira introdutória I	o					
	Procedimentos aduaneiros III	o					
	Procedimentos aduaneiros IV + Conferência da OMA		o				
	Avaliação das necessidades			o	o	o	
	Administração de receitas do setor extrativo (liderado pela sede)				o	o	
	Gestão aduaneira no setor extrativo I						o
	Gestão aduaneira no setor extrativo II						o
	Auditoria pós-desalfandegamento						o
	Auditoria pós-desalfandegamento						o
Regional	Workshop sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana	o					
	Análise de dados espelho		o				
	Gestão das receitas do setor informal (em colaboração com a administração tributária) ¹			o	o	o	
	Formulação de um plano de cumprimento para as alfândegas			o	o	o	
	Participação na conferência da Organização Mundial das Alfândegas			o	o	o	
	Execução - Auditoria pós-desalfandegamento (liderado pelo AFW2)				o	o	
	Workshop sobre o Inquérito Internacional sobre Administração Aduaneira (Côte d'Ivoire) (liderado pela sede) (participação de Madagáscar)				o	o	
Seicheles	Execução - Auditoria pós-desalfandegamento	o					
	Análise de dados espelho nas alfândegas I		o	o	o	o	o
	Análise de dados espelho nas alfândegas II			o	o		
	Reforço da gestão do risco						o
África do Sul	Reforço da avaliação I		o	o	o	o	
	Reforço da avaliação II			o	o	o	
Zâmbia	Gestão de informações e riscos	o					
	Visita exploratória para avaliação das necessidades						o
Zimbabué	Auditoria pós-desalfandegamento III	o					
	Avaliação aduaneira III	o					

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Zimbabwe	Gestão do risco e informações	o					
	Género - Desenvolvimento de um programa de pequenos comerciantes destinado a microempresas I		o	o	o	o	o
	Género - Desenvolvimento de um programa de pequenos comerciantes destinado a microempresas II		o	o	o	o	o
	Género - Desenvolvimento de um programa de pequenos comerciantes destinado a microempresas III				o	o	
Legislação fiscal e financeira		3	4	2	2	2	1
Botsuana	Regulamentos da legislação fiscal	o					
	Finalização do projeto de legislação em matéria de imposto sobre o rendimento, IVA e administração tributária		o				
	Finalização do projeto de legislação em matéria de imposto sobre o rendimento, IVA e administração tributária (seguimento)		o				
Comores	Legislação aduaneira	o					
	Revisão da Lei de Resolução		o				
Maurícia	Avaliação da alteração à legislação bancária		o	o	o	o	
Regional	Gestão das carteiras de dívida soberana em condições de mercado adversas	o					
Zâmbia	Avaliação de diagnóstico do mercado obrigacionista em moeda local (juntamente com o MCM)			o	o	o	
	A confirmar						o
Infraestruturas do mercado financeiro e FinTech		18	9	15	17	11	12
Angola	Desenvolvimento das infraestruturas dos mercados financeiros - Diagnóstico	o					
	Princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - Formação	o					
	Orientação relativa ao quadro de fiscalização		o				
	Fiscalização do sistema de pagamentos			o	o	o	
	Formação sobre centrais de depósito de títulos/mercados obrigacionistas em moeda local						o
Botsuana	Princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - Formação	o					
	Estratégia e quadro analítico para as FinTech				o		
	Fiscalização do sistema de pagamentos			o	o	o	o
Comores	Desenvolvimento de sistemas de pagamentos - Centrais de depósito de títulos	o					
	Desenvolvimento de sistemas de pagamentos/Supervisão do sistema de pagamentos			o	o		
	Fiscalização dos sistemas de pagamentos		o				
Essuatíni	Avaliação dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - Centrais de depósito de títulos			o	o		o
	Destacamento profissional						o
Lesoto	Fiscalização dos sistemas de pagamentos de retalho	o		o	o		o
Madagáscar	Análise dos princípios para as infraestruturas dos mercados financeiros - Avaliação do sistema de liquidação por bruto em tempo real	o					
	Revisão da avaliação dos princípios para as infraestruturas dos mercados financeiros		o				
	Missão de diagnóstico			o	o	o	

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisado para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Maurícia	Fiscalização e regulamentação das <i>FinTech</i>	o					
	Avaliação dos princípios para as infraestruturas dos mercados financeiros	o		o			
	Análise do quadro de fiscalização		o				
	Fiscalização e regulamentação dos sistemas de pagamentos			o	o	o	
	Formação sobre os princípios para as infraestruturas dos mercados financeiros						o
Namíbia	Moedas digitais de bancos centrais	o					
	Implementação de centrais de depósito de títulos - Formação NAMFISA		o	o	o	o	
	Fiscalização dos sistemas de pagamentos			o	o	o	
	Supervisão das centrais de depósito de títulos (destacamento para a África do Sul)				o	o	
	Formação sobre os princípios para as infraestruturas dos mercados financeiros e desenvolvimento de competências de autoavaliação						o
Regional	Políticas eficazes para criptoativos	o					
	Moedas digitais de bancos centrais	o					
	Princípios para as infraestruturas dos mercados financeiros: Criar uma perspectiva de risco	o					
	Infraestruturas do mercado financeiro - Princípios e práticas (ATI)	o					
	Evento de sensibilização sobre criptoativos		o				
	Pagamentos digitais transfronteiriços		o				
	Modernização dos sistemas de pagamentos	o					
	Princípios do Comité de Pagamentos e Infraestruturas do Mercado e da Organização Internacional das Comissões de Valores para as infraestruturas do mercado financeiro e a ciber-resiliência das infraestruturas do mercado financeiro		o				
	Governança (webinário)			o	o		
	Sistemas de pagamentos rápidos (webinário)			o	o		
	Criptoativos - Criptomoedas estáveis e novas formas de moeda					o	
	Resiliência dos pagamentos em Estados frágeis e afetados por conflitos						o
	Formação sobre os princípios para as infraestruturas do mercado financeiro						o
Seicheles	Avaliação das responsabilidades dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro	o					
	Avaliação dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro		o				
	Análise do quadro de fiscalização das infraestruturas do mercado financeiro			o	o		
	Supervisão baseada no risco - Reforço (estrutura e recursos)				o	o	
	Revisão da estrutura de sistemas de pagamentos						o
	Revisão do quadro de gestão do risco e de outros documentos de governança						o

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisito para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
África do Sul	Criptomoedas estáveis para pagamentos digitais - webinar	o					
	Workshop prático sobre criptoativos e criptomoedas estáveis para os reguladores sul africanos	o					
Zâmbia	Formação e capacitação sobre princípios para as infraestruturas dos mercados financeiros	o					
	Orientação sobre fiscalização e quadro da política de fiscalização			o	o	o	
Zimbabué	Supervisão dos sistemas de pagamentos/Revisão dos princípios para as infraestruturas dos mercados financeiros e do sistema de liquidação por bruto em tempo real			o	o	o	o
Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público		1	8	10	10	13	10
Angola	Cobertura das estatísticas da dívida do setor público (em conjunto com o D4D)						o
Botsuana	Melhoria da cobertura setorial referente ao setor da administração pública		o				
	Melhoria dos dados de base e migração para o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2014			o	o	o	
Comores	Melhoria da compilação e relato de dados orçamentais		o				
Essuatíni	Compilação e relato de dados das estatísticas das finanças públicas (em conjunto com o D4D)						o
Lesoto	Alargamento da cobertura		o	o	o	o	
	Balanço financeiro						o
Madagáscar	Alargamento da cobertura		o				o
	Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público e empresas públicas			o	o	o	
Maurícia	Melhoria e alargamento da cobertura institucional			o	o	o	
	Relatório sobre o cumprimento de normas e códigos e quadro de avaliação da qualidade dos dados das estatísticas da dívida do setor público					o	
	Estatísticas das finanças públicas - Seguimento						o
Namíbia	Melhoria dos dados de base e da cobertura setorial			o	o	o	
	Consolidação das estatísticas das finanças públicas e consistência das posições e fluxos						o
Regional	Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público		o	o	o	o	o
	Consolidação das operações financeiras das administrações públicas (Togo) (liderado pelo AFW)			o	o	o	
	Qualidade dos dados de base e coerência das estatísticas das finanças públicas (Côte d'Ivoire) (liderado pelo AFW)					o	
	Workshop virtual sobre a Classificação das Funções das Administrações Públicas (liderado pelo AFE)					o	
Seicheles	Diagnóstico	o					
	Melhoria das lacunas dos dados orçamentais		o	o	o	o	
	Estatísticas das finanças públicas - seguimento e melhoria das lacunas dos dados orçamentais						o
África do Sul	Seguimento da formação e do diagnóstico sobre estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público		o				
	Seguimento e alargamento da cobertura						o
Zâmbia	Alargamento da cobertura à administração pública		o	o	o	o	o
Zimbabué	Relato de dados orçamentais (em conjunto com o D4D)			o	o	o	

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Cursos de formação sobre macroeconomia		4	2	2	2	1	2
Regional	Análise da política monetária e orçamental com modelos dinâmicos estocásticos de equilíbrio geral	o					
	Supervisão do setor financeiro	o					
	Modelização dos riscos e políticas climáticas		o				
	Macroeconomia das Alterações Climáticas (liderado pelo ATI)	o		o	o	o	
	Alterações climáticas e políticas macrofinanceiras (AFS/ATI)	o					
	Desigualdade de Género e Macroeconomia (liderado pelo ATI)		o	o	o		
Regional	Otimizar o crescimento e a resiliência através da análise distributiva e de políticas baseadas em dados factuais (liderado pelo ATI/SPR)						o
	O clima em quadros macroeconómicos (liderado pelo ATI/ICD)						o
Operações da política monetária e do mercado cambial		15	16	14	14	14	20
Angola	Sistemas de previsão e análise de políticas		o				
	Cedência de liquidez em situação de emergência		o				
	Implementação e operações de política monetária	o	o				
	Comunicação e sistemas de previsão e análise de políticas			o			
	Funcionamento do mercado cambial, operações cambiais e intervenções cambiais			o	o	o	
Botsuana	Operações do banco central - prestamista de última instância		o				
	Sistemas de previsão e análise de políticas		o	o			
	Cedência de liquidez em situação de emergência		o				
Comores	Garantias/Cedência de liquidez de emergência		o				
	Operações e implementação da política monetária	o	o				o
	Implementação da política monetária e operações, desenvolvimento do mercado, garantias			o	o	o	
	Quadros de garantias e mobilização de direitos de crédito - Destacamento para o Banco dos Estados da África Central (BEAC)			o	o	o	
Essuatíni	Previsão e gestão de liquidez	o					
	Cedência de liquidez em situação de emergência (ELA)	o					
	Implementação da política monetária, gestão da liquidez e cedência de liquidez em situação de emergência			o	o	o	
	Conceção e execução da política monetária						o
Lesoto	Conceção e implementação da política monetária e desenvolvimento do mercado monetário			o	o	o	o
Madagáscar	Sistemas de previsão e análise de políticas		o	o	o	o	o
	Comunicação		o				
	Operações e implementação da política monetária - Destacamentos profissionais	o					
	Implementação e operações de política monetária		o				o
	Operações cambiais	o	o				o
	Cedência de liquidez em situação de emergência			o	o	o	
	Cedência de liquidez em situação de emergência - Seguimento I						o
	Cedência de liquidez em situação de emergência - Seguimento II						o
	Cedência de liquidez em situação de emergência (destacamento profissional)						o
	Comunicação e sistemas de previsão e análise de políticas			o			

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisito para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Madagáscar	Desenvolvimento do mercado interbancário - Destacamentos para a Roménia e a Albânia		o				
	Sistemas de previsão e análise de políticas - Seguimento						o
	Sistemas de previsão e análise de políticas - Seguimento						o
Maurícia	Operações e implementação da política monetária - Destacamento para a África do Sul (SARB)			o	o	o	
	Comunicação monetária e institucional				o	o	o
	Revisão do quadro de execução da política monetária						o
	Revisão da organização interna						o
Moçambique	Operações e implementação da política monetária/ previsões de liquidez	o					
	Implementação e operações de política monetária	o					
	Tema a confirmar						o
Namíbia	Cedência de liquidez em situação de emergência	o					
	Conceção e execução da política monetária						o
	Análise da transparência do Banco da Namíbia						o
	Revisão da organização interna						o
Regional	Cedência de liquidez de emergência/gestão de garantias	o					
	Operações e intervenções cambiais	o					
	Processos do sistema de previsão e análise de políticas	o					
	Operações de política monetária e práticas de taxas de câmbio múltiplas		o				
	Balanço e solvência da política do banco central		o				
	Comunicação do banco central		o				
	Quadros de garantias e melhores práticas de gestão de garantias (juntamente com o AFE e o AFW2)			o	o	o	
	Conceção e execução da política monetária para países da Área Monetária Comum				o	o	
	Mercado obrigacionista em moeda local (curso do ATI com participação de peritos de longo prazo do AFS)				o	o	
	Quadro de execução da política monetária (conjunto)						o
Seicheles	Operações e implementação da política monetária/ mercado de recompra	o					
	Direção do Conselho de Administração do Banco Central das Seicheles - <i>Workshop</i>	o					
	Cedência de liquidez em situação de emergência			o	o	o	
África do Sul	Revisão do quadro de execução da política monetária (liderado pela sede)				o	o	
Zâmbia	Sistema de previsão e análise de políticas	o					
Zimbabué	Implementação e operações de política monetária						o
	Conceção e operacionalização dos quadros de política monetária			o			

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Gestão das finanças públicas		40	35	26	32	33	35
Angola	Transição para a contabilidade em regime de acréscimo (NICSP)		o	o	o	o	o
	Gestão de tesouraria, prevenção de atrasados e formação sobre a ferramenta de previsão e análise de tesouraria		o				o
	Formação sobre a ferramenta de previsão e análise de tesouraria (seguimento)			o			
	Participação na missão conduzida pela sede sobre regras orçamentais			o			
Botsuana	Avaliação e seleção de projetos - Seguimento da AGIP	o					
	Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado		o		o		
	Participação na missão conduzida pela sede sobre regras orçamentais				o		
	Previsão macro-orçamental				o		o
	Aprendizagem entre pares sobre a Gestão do Investimento Público (Destacamento para o Uganda)					o	
	Riscos orçamentais e Ferramenta Orçamental de Avaliação Quantitativa de Risco das Alterações Climáticas					o	
	Regras orçamentais						o
	Gestão de tesouraria e da dívida						o
Comores	Organização e procedimento manual	o					
	Conta Única do Tesouro/Unidade Centralizada do Tesouro	o					
	Missão de avaliação do RGCP	o					
	Conta Única do Tesouro (CUT) e gestão de tesouraria		o				
	Transparência orçamental e gestão de tesouraria		o				
	Gestão de tesouraria		o				
	Gestão de tesouraria - Missão de seguimento I			o	o	o	
	Participação na missão conduzida pela sede sobre a preparação do orçamento			o	o	o	
	Reforço das capacidades de supervisão das empresas públicas			o	o	o	
	Reforço das capacidades de supervisão das empresas públicas (seguimento)				o	o	
	Lei relativa às empresas públicas - Seguimento			o			
	Apoio à consolidação da TOFE do final de dezembro de 2025					o	
	Revisão do balanço geral da conta - Seguimento						o
	Avaliação da gestão do investimento público (liderado pela sede)						o
Essuatíni	Quadro orçamental de médio prazo						o
	Avaliação e seleção de projetos - Formação	o					
	Orientações relativas à gestão do investimento público II - Formação	o	o	o	o	o	
	Orientações relativas à gestão do investimento público III				o	o	
	Gestão dos riscos orçamentais			o			
	Quadros orçamentais de médio prazo	o					

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Essuatíni	Implementação das NICSP e política de gestão dos ativos públicos		o				
	Apoio ao desenvolvimento do plano de contas				o	o	
	Elaboração do orçamento I / Quadro de despesa de médio prazo				o	o	
	Bases de despesas e determinação dos custos das políticas					o	
	Orçamentação por programas I						o
	Orçamentação por programas II						o
Lesoto	Quadro orçamental de médio prazo						o
	SIGIF e controlos internos	o	o				o
	Quadro orçamental de médio prazo	o					
	Declaração de risco orçamental	o					
	Avaliação do risco orçamental das empresas públicas	o					
	Controlos internos / Digitalização dos processos de tesouraria (liderado pela sede)		o	o	o	o	
	Apoio intermitente em matéria macro-orçamental		o				
	Riscos orçamentais das empresas públicas		o				
	Riscos orçamentais dos passivos contingentes			o			
	Avaliação da Gestão do Investimento Público (AGIP) (FAD/ Banco Mundial)				o	o	
	Relatórios sobre empresas públicas				o	o	
	Avaliação da governação das empresas públicas						o
Madagáscar	Gestão de tesouraria e Conta Única do Tesouro	o					
	Gestão de tesouraria			o			
	Gestão de riscos orçamentais	o					
	Diagnóstico da cadeia de despesas	o					
	Contabilidade em regime de acréscimo		o	o	o	o	o
	Gestão de ativos	o	o				
	Lei relativa à gestão de tesouraria		o				
	Contabilidade em regime de acréscimo - Seguimento				o		
	Gestão de PPP e riscos orçamentais						o
Maurícia	Manual/kit de gestão das finanças públicas	o					
	Normas internacionais de contabilidade do setor público		o				o
	Legislação sobre responsabilidade orçamental (liderado pela sede)				o	o	
	Riscos orçamentais						o
Moçambique	Reformas do Tesouro I	o					
	Reformas do Tesouro II	o					
	Gestão de tesouraria - Missão de seguimento			o			o
	Participação na missão conduzida pela sede sobre regras orçamentais			o			
	Transformação digital (participação na missão da sede financiada pela SECO)				o	o	
	DIGIT						o

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Namíbia	Reorganização do Ministério das Finanças (liderada pela sede)	o					
	Relato e gestão de riscos orçamentais	o					
	Participação do perito de longo prazo do AFS na conferência sobre empresas públicas	o					
	Gestão de riscos orçamentais		o				
	Módulo do orçamento para o sistema integrado de gestão financeira do Estado		o				
	Ferramenta de análise da saúde financeira das empresas públicas		o				
	Avaliação do risco orçamental das empresas públicas		o	o			
	Regulamentos sobre gestão das finanças públicas			o	o	o	
	Avaliação da Gestão do Investimento Público/Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático – Seguimento			o			o
	Reforço do quadro orçamental de médio prazo				o	o	o
	Reforço da previsão de receitas					o	
	Macro-orçamental (liderado pela sede)						o
Regional	Unidades macro-orçamentais	o					
	Gestão de riscos orçamentais	o					
	Governança de dados orçamentais	o					
	Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático e orçamentação verde	o					
	Workshop sobre alterações climáticas	o					
	Workshop sobre governança das infraestruturas de países anglófonos de África	o					
	Controlos e gestão de atrasados de despesas		o				
	Gestão dos riscos orçamentais para a sustentabilidade orçamental		o				
	Gestão dos riscos orçamentais para países lusófonos e francófonos	o	o				
	Reforço do quadro orçamental de médio prazo (em colaboração com o AFE)		o		o	o	
	Previsão macro-orçamental			o			
	Seminário Inter-regional sobre a gestão dos investimentos públicos (SEIGIP) na África Subsaariana			o	o	o	
	Workshop sobre gestão do investimento público (liderado pela sede)				o	o	
	Gestão de tesouraria para países africanos lusófonos (em conjunto com o FAD)				o	o	o
	Contabilidade e demonstrações financeiras (Camarões) (liderado pelo AFC, em colaboração com o AFW)					o	
	Estratégias e plano de ação de reforma da gestão das finanças públicas				o		o
	Seminário inter-regional sobre a gestão do investimento público para pequenos Estados insulares frágeis (com o IGF)						o
	Relato de dados orçamentais (só para países anglófonos)						o
	Integração do quadro fiscal de médio prazo e do quadro orçamental de médio prazo						o
Seicheles	Previsões de tesouraria - Formação	o					
	Riscos orçamentais	o					

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Seicheles	Quadro macro-orçamental/quadro orçamental de médio prazo	o					
	Elaboração da política de gestão do investimento público	o					
	Apoio às reformas no âmbito do Fundo para a Resiliência e Sustentabilidade	o	o				
	Revisão da lei da gestão das finanças públicas		o				
	Sinalização climática		o				
	Lei da gestão das finanças públicas - Seguimento			o			
	Monitorização e gestão do risco orçamental (clima)		o				
	Implementação do SIGIF			o	o	o	
	Quadro orçamental de médio prazo			o			o
	Formação sobre a gestão do investimento público						o
África do Sul	Avaliação da transparência orçamental	o					
	Apoio à gestão de riscos orçamentais das empresas públicas	o					
	Estratégia do SIGIF (liderado pela sede)				o	o	
Zâmbia	Gestão e previsão de tesouraria (seguimento)	o					
	Quadro orçamental de médio prazo	o					
	Gestão de riscos orçamentais	o					
	Gestão de riscos orçamentais - Destacamento para a Geórgia		o				
	Gestão dos investimentos públicos - Destacamento para o Uganda		o				
	Avaliação de projetos - Formação		o				
	Relatórios orçamentais		o				
	Organizado pela Parceria Mundial para as Finanças Públicas e pelo AFS (AGIP/AGIP-C)		o				
	Gestão do risco orçamental das empresas públicas			o	o	o	
	Quadro orçamental				o	o	
	Declaração de risco orçamental - Cenário macro-orçamental e análise de sensibilidade				o	o	
	Teste de esforço das empresas públicas						o
	NICSP (destacamento profissional)						o
	Avaliação da gestão do investimento público						o
	Relatórios financeiros (seguimento)						o
	Riscos orçamentais e alterações climáticas (liderado pela sede)						o
Zimbabué	Macro-orçamental	o					
	Execução orçamental e controlo interno	o					
	Elaboração do orçamento/macro-orçamental		o				
	Quadro orçamental de médio prazo		o				
	Gestão de tesouraria			o			
	Comunicação de atrasados de despesa			o	o	o	o
Estatísticas do setor real		22	15	17	18	20	21
Angola	Atualização do Índice de Preços no Consumidor		o				
Botsuana	Mudança do ano de base das contas nacionais anuais I	o	o	o	o	o	o

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisado para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Botsuana	Atualização/desenvolvimento do Índice de Preços no Produtor	o		o	o	o	o
	Mudança do ano de base das contas nacionais anuais II						o
Comores	Atualização do Índice de Preços no Consumidor			o	o	o	o
	Mudança do ano de base das contas nacionais I	o	o	o	o	o	o
	Mudança do ano de base das contas nacionais II	o	o		o	o	
	Mudança do ano de base das contas nacionais III	o					
Essuatíni	Mudança do ano de base das contas nacionais	o					o
	Atualização/desenvolvimento do Índice de Preços no Produtor	o					
	Melhoria das contas nacionais			o	o	o	
	Atualização/desenvolvimento do Índice de Preços no Consumidor						o
Lesoto	Desenvolvimento do Índice de Preços no Produtor	o	o	o	o	o	o
	Mudança do ano de base das contas nacionais anuais e melhoria das contas nacionais trimestrais	o	o	o	o	o	o
	Mudança do ano de base das contas nacionais anuais II					o	o
Madagáscar	Mudança do ano de base/atualização do Índice de Preços no Consumidor	o	o				o
	Mudança do ano de base das contas nacionais	o	o	o	o	o	
Maurícia	Ajustamentos do setor informal I	o		o			o
	Ajustamentos do setor informal II	o					
	Desenvolvimento/atualização do Índice de Preços no Produtor		o	o	o	o	
	Contas nacionais - sociedades de negócios globais		o				
	Relatório sobre o cumprimento de normas e códigos				o	o	
	Estimativas do setor financeiro						o
	Índice de preços no consumidor / habitações ocupadas pelo proprietário						o
Moçambique	Atualização do Índice de Preços no Consumidor	o	o				
	Mudança do ano de base das contas nacionais anuais	o					
Namíbia	Mudança do ano de base das contas nacionais anuais	o	o				o
Regional	Contas nacionais trimestrais (liderado pelo AFE)			o	o	o	
	Participação de técnicos no <i>workshop</i> do AFRITAC (PIB trimestral) ²			o			
	Quadros de recursos e empregos - Setor das famílias (liderado pelo AFW2)				o	o	
	Mudança do ano de base do PIB (em conjunto com o AFE)						o
Seicheles	Atualização do Índice de Preços no Consumidor	o	o	o	o	o	o
	Desenvolvimento do PIB trimestral (na ótica da despesa)	o	o	o	o	o	
	Melhoria das contas nacionais					o	
	Mudança do ano de base das contas nacionais						o
África do Sul	Desenvolvimento do Índice de Preços de Imóveis Residenciais	o					
	Mudança do ano de base das contas nacionais			o	o	o	
	PIB trimestral - Ajustamentos sazonais						o

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisto para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Zâmbia	Mudança do ano de base das contas nacionais	o	o	o	o	o	o
Zimbabué	Desenvolvimento das contas nacionais trimestrais I	o					
	Desenvolvimento das contas nacionais trimestrais e retropolação			o	o	o	
	Desenvolvimento das contas nacionais trimestrais II	o					
	Mudança do ano de base das contas nacionais						o
Administração tributária		22	16	20	16	12	16
Angola	Desenvolvimento da liderança		o				
	Auditoria	o					
	Controlo do IVA			o	o	o	
Botsuana	Estratégia de formação do serviço a clientes	o	o				
	Gestão do risco de cumprimento das obrigações tributárias			o			
	Implementação de nova legislação						o
Comores	Estrutura da Unidade de Grandes e Médios Contribuintes	o					
	Estrutura da Unidade de Grandes e Médios Contribuintes - Seguimento	o					
	Reorganização da administração tributária - Seguimento	o	o				
	Finalização de projetos de decretos-lei	o					
	Criação da TPU (em colaboração com a Parceria Mundial para as Finanças Públicas)		o				
	Gestão do risco de cumprimento I (em colaboração com a Parceria Mundial para as Finanças Públicas)			o	o	o	o
	Estratégia de reformas				o	o	
Essuatíni	Auditoria	o					
	Gestão do risco de cumprimento das obrigações tributárias		o				
	Revisão do IVA			o			
	Análise de dados			o			
	Formação TADAT				o	o	
	Avaliação TADAT						o
Lesoto	Pós-TADAT I	o					
	Implementação da estratégia pós-TADAT		o				
	Reforço da capacidade de auditoria						o
	RAYT e estratégia para as receitas						o
Madagáscar	Gestão do risco de incumprimento (em colaboração com a Parceria Mundial para as Finanças Públicas)						o
	Reforma pós-TADAT (em colaboração com a Parceria Mundial para as Finanças Públicas)		o				
	Serviços aos contribuintes			o	o		
Maurícia	Análise de dados			o			o
	Informações e investigação			o			o
	TADAT (liderado pela sede)				o	o	
Moçambique	Avaliação do plano estratégico	o					
	Governança da gestão estratégica	o					
	Gestão do risco de cumprimento das obrigações tributárias			o	o		o

País	Tema	Execução no EF24	Execução no EF25	Plano para o EF26	Plano revisito para o EF26	Execução no EF26	Plano para o EF27
Namíbia	Auditoria	o		o	o	o	
	Aconselhamento executivo I	o		o			
	Aconselhamento executivo II	o					
	Revisão dos processos empresariais	o					
	Reforço do cumprimento voluntário das obrigações fiscais		o				
	Estratégia da indústria extrativa		o				
	Formação TADAT (em conjunto com a Parceria Mundial para as Finanças Públicas)						o
	Avaliação TADAT (em conjunto com a Parceria Mundial para as Finanças Públicas)						o
Regional	Inquérito internacional sobre a administração de receita (juntamente com o AFE e o AFW2)	o		o	o	o	
	TADAT - Análise da Região Africana (liderada pela sede, em conjunto com o AFE e o AFW2)	o		o	o	o	
	TADAT - Análise da Região Africana (francês e português) (liderado pela sede, com a colaboração do AFC e AFW)			o			
	Gestão do risco de cumprimento das obrigações tributárias		o				
	Gestão das receitas do setor informal (em colaboração com a administração aduaneira) ¹			o	o	o	
	Liderança e gestão de reformas para administrações de receitas em países lusófonos				o	o	
	Administração de incentivos fiscais (em conjunto com financiamento da JSA)						o
	Transformação digital da administração de receitas						o
Seicheles	Gestão do risco de cumprimento das obrigações tributárias	o					
	Estratégia GovTech I		o				
	Digitalização - Destacamento para a Zâmbia		o				
	Estratégia GovTech II		o				
	Gestão da dívida			o		o	
	Análise de dados			o	o		
África do Sul	Preços de transferência I	o					
	Preços de transferência II	o					
	Gestão do risco de cumprimento das obrigações tributárias			o	o		o
Zâmbia	Plano de melhoria do cumprimento com vista ao controlo do imposto sobre o valor acrescentado	o					
	Gestão dos riscos de incumprimento do IVA						o
Zimbabué	Auditoria I	o					
	Auditoria II	o					
	Capacidade de liderança I						o
	Capacidade de liderança II		o	o	o		
	Auditoria		o				
	TADAT		o				
	Avaliação pós-TADAT			o	o	o	

1/ Financiado conjuntamente com a Administração Aduaneira e Tributária

2/ Fundido com a missão sobre as contas nacionais trimestrais (liderado pelo AFE)

EQUIPA DO AFRITAC SUL



Sukhwinder Singh
DIRETOR DO CENTRO



Patrick Rafolisy
ASSESSOR
GOVERNAÇÃO E COMBATE
À CORRUPÇÃO



Dale Connock
ASSESSOR
INFRAESTRUTURAS DO MERCADO
FINANCEIRO E *FINTECH*



Ravinder Saroop
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



Guido Della Valle
ASSESSOR
OPERAÇÕES DOS MERCADOS
MONETÁRIO E CAMBIAL



Benjamin Alexander Stefanou
ASSESSOR
SUPERVISÃO DO SETOR FINANCEIRO



Xavier Deville
ASSESSOR
ESTATÍSTICAS DAS FINANÇAS PÚBLICAS
E DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO



Amitabh Tripathi
ASSESSOR
GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS



Bruno Imbert
ASSESSOR
GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS



Erik Wilders
ASSESSOR
GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA



Stephen John Mendes
ASSESSOR
ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA



Jeetendra Kawal
RESPONSÁVEL DE ESCRITÓRIO



Chathebert Mudhunguyo
ASSESSOR
QUESTÕES MACRO-ORÇAMENTAIS



Dovindutt Baichoo
ECONOMISTA



Anna Obiang
ASSESSORA
LEGISLAÇÃO SOBRE DÍVIDA PÚBLICA



Ashwin Kumar Madhou
ANALISTA ECONÓMICO



Elirjeta Pepaj
ASSESSORA
ESTATÍSTICAS DO SETOR REAL



Ayesha Aumeeruddy
GESTÃO CENTRADA EM RESULTADOS
RESPONSÁVEL DE PROJETOS



Roobee Helene
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA



Kumaribye (Nandini) Mohit
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA SÉNIOR



Varsha Lowtoo-Jadunundon
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA



Diya Mungra
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA



Reyaz Uddin Najurally
MOTORISTA

AFRITAC Sul

Sukhwinder Singh

7th Floor Bramer House, 66C2

Cybercity Ebene, Maurícia

T. +(230) 401.2500

F. +(230) 468.1618

ssingh@IMF.org

AFSweb@IMF.org

SouthAFRITAC.org

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades

Divisão de Parcerias Globais

700 19th Street, NW

Washington, DC 20431 Estados Unidos da América

T. +(1) 202.623.7636

F. +(1) 202.623.7106

GlobalPartnerships@IMF.org